

VIVER

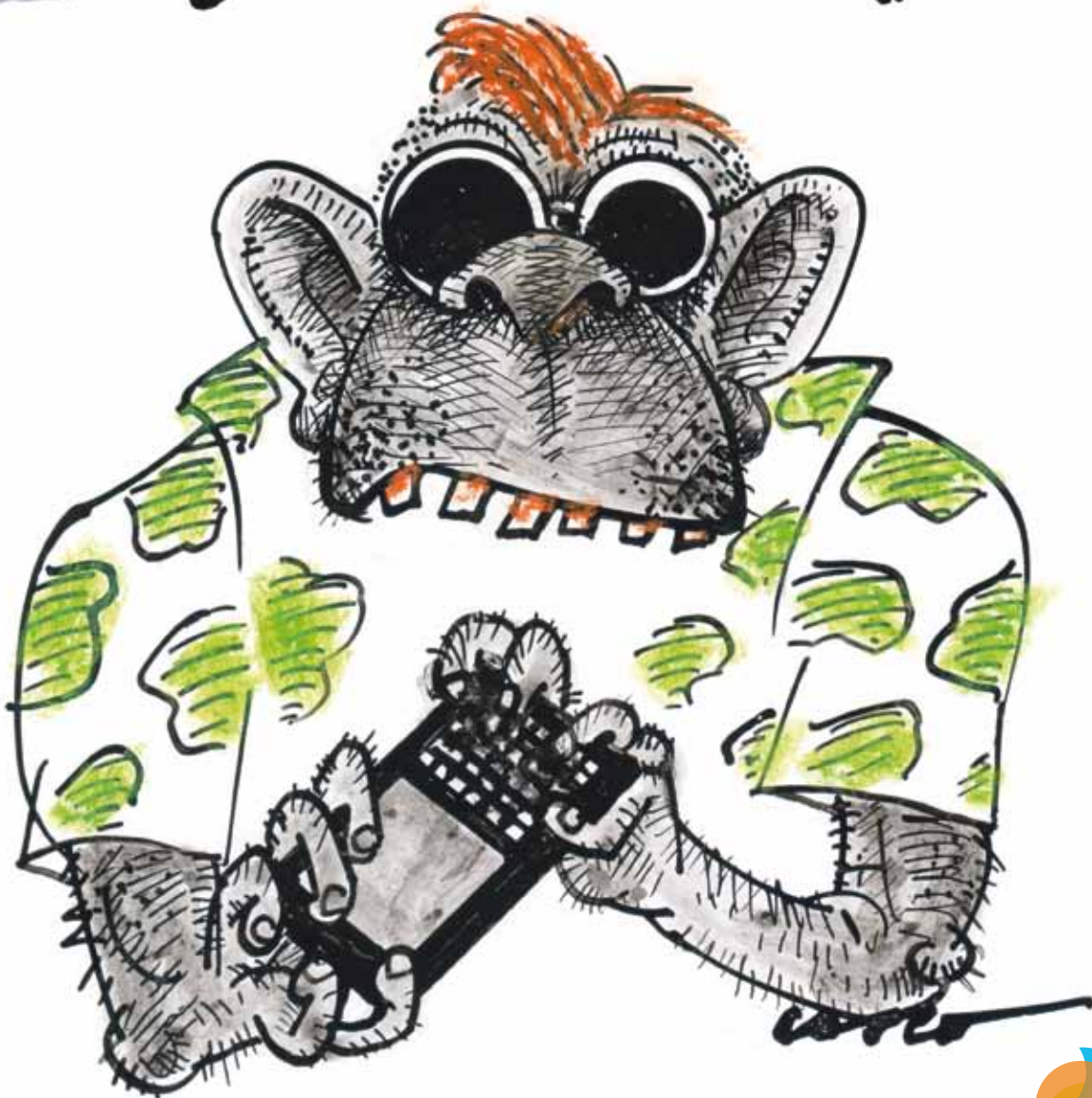
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

22 edição

julho
'14

LITERACIA



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul



VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

22 edição | julho **'14**

Estatuto Editorial e Estatuto Redatorial da Revista VIVER
Consulte a página:
www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

LER E SABER

António Realinho

[O Diretor]

Estimados leitores,

Se este novo número da VIVER já está em vossas mãos, LEIAM-NOS! Depois de nos terem lido, escrevam-nos! Dêem-nos assim a oportunidade de também os poder LER, de aprender convosco as razões do vosso desacordo ou da aprovação do nosso trabalho.

1. LER E SABER

Sempre aqui se pensou que a principal tarefa duma Associação de Desenvolvimento como a ADRACES é a de, persistente, “teimosa” e “continuamente”, estimular as pessoas a auto-desenvolverem-se, a libertarem-se das peias dos limitados conhecimentos que a todos nos “embrulham”, limitando-nos a compreensão do que é novo ou desconhecido, encerrando-nos nas rotinas do (supostamente ou não) já sabido.

Desde o início, estamos convictos de que só as pessoas desenvolvidas podem e são capazes de desenvolver os seus territórios. A revista VIVER, com

toda a autonomia editorial em relação à ADRACES, continua a perseguir o objetivo de ajudar, ainda que modestamente, a aumentar as capacidades e competências das populações da agora BEIRA BAIXA (anteriormente designada por BIS, Beira Interior Sul), combatendo a ILITERACIA e o analfabetismo.

Sem pretensão alguma de protagonismos de exceção, considerando-nos apenas e tão só um instrumento mais entre todos os outros que aos mesmos desígnios se dedicam, procuramos que cada entrega da VIVER possa ser útil aos diferentes públicos que a recebem, desde os estudantes e professores de todos os níveis de ensino aos quadros

técnicos das mais diferentes instituições educativas nacionais e europeias, sem esquecer os cidadãos comuns das aldeias, vilas e cidades, desta nossa Beira Baixa.

Embora ainda sem dados objetivos, detalhados e fiáveis sobre os resultados do nosso trabalho, parece-nos contudo que a área de maior fragilidade é, justamente, a dos cidadãos comuns das nossas vilas e aldeias, onde se inclui a maioria das pessoas a quem a reflexão destes e doutros textos, de interesse regional e local, mais deveria interessar. Eis uma das razões para insistir na necessidade de um melhor nível geral de literacia, na necessidade de melhor se conhecer o pensamento dos outros, para melhor avaliar a abrangência e pertinência dos conhecimentos próprios.

Para quem como nós acredita, acima de tudo, no desenvolvimento das pessoas para que se possa alcançar o crescimento das coisas, o chamamento geral à participação e à leitura... é importante. É mesmo decisivo!

São muitos os que, embora sabendo ler e escrever, não o fazem, deixam apagar a candeia que os devia ILUMINAR por simples preguiça ou comodismo, DEIXANDO-SE FICAR NA ESCURIDÃO DA IGNORÂNCIA, adiando continuamente esse esforço até ao dia em que surge o lamento: -“Ai se fosse hoje!”. Mas o tempo, insensível às nossas lamentações, nunca volta atrás.

Sempre que às suas mãos cheguem perceptíveis as palavras dos outros, LEIA, não as ignore, podem muito bem ser um pedido de socorro do seu ente mais querido!

2. A BOA NOVA

Satisfeito e muito honrado com tal facto, é com enorme reconhecimento que vos dou a notícia da nomeação do Comendador Joaquim Morão para a Presidência da ADRACES.

Figura ímpar e exemplar do desenvolvimento integrado da nossa Região, a sua presença, agora mais próxima do nosso dia-a-dia, constitui renovado estímulo para enfrentar os desafios do presente e a confirmação de poder contar com a sua mais que demonstrada competência para potenciar o nosso trabalho futuro.



edição **22**
julho
'14

VIVER

ficha técnica

Diretor António Realinho

Diretor Adjunto Teresa Magalhães

Editor Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redação Teresa Magalhães; Rui Miguel; Filipa Minhós; Clarisse Santos; Sandra Vicente; Paulo Pinto

Design e Direção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Ilustrações Vasco Castro

Colaboram neste número Amélia Muge, Alberto Melo, João Madureira, José Rabaça Gaspar, Manuel Lopes Marcelo, Maria Eduarda Rosa, Pedro Berhan da Costa, Rosalia Vargas, Vasco Castro

Outros colaboradores

Abel Cuncas; Aida Rechen; Alberto Melo; Amândio Silva; Andreia Courela; Ana Isabel Trigo Morais; Ana Paula Fitas; Ana Vale; Anibal de Almeida; António Canoso; António Covas; António de Abruñhosa; António Salvado; António Tavares Proença; Armindo Jacinto; Assunção Pedrosa; Calisto Tamor; Carlos Maia; Carlos Rosa; Celestino de Almeida; Domingos Santos; Élia Afonso; Elsa Ligeiro; Emilio Magro Martins; Fernando Paulouro; Fernando Raposo; Filipa Carvalho; Géraldine Lechevalier; Gérard Bravis; Gérard Peltre; Guilherme Pereira; Hélder Henriques; Inês Pedrosa; Isabel Adónis; Jaime Novais; Jaime Pires; Jean Charles Lollier; Joana Barros; Joaquim Cabral Rolo; Joaquim Alberto Simões; Joaquim Manuel da Fonseca; João Andrade Santos; João José Fernandes; João Mário Amaral; João Miguel Pereira; João Ludgero; João Carlos Pinho; João Manuel Duarte; João Queiroz; Jolon; Jorge Brandão; Jorge Gaspar; Jorge Gouveia; José Almeida; José Carlos Costa Marques; José Joaquim Antunes; José Nuno Martins; José Portela; Josy Richez; Juan Manuel Gutiérrez; Lauro Moreira; Lopes Marcelo; Lorenzo Barbera; Luís Rocha; Luís Soares; Luís Valadares; Luiz Sá Pessoa; Manuel Santos Jorge; Manuel Gomes; Manuel Porto; Marco Domingues; Mário Moutinho; Maria José Martins; Maria de Lurdes Quaresma; Maria de Lurdes Santos; Maria Inês Rodrigues; Marie Noelle Hessel; Martine Theveniaut; Matilde Pedrosa; Miguel Freitas; Miguel Nascimento; Moisés Espírito Santo; Paula Gentil Santos; Paula Teixeira; Paulo Águas; Regina Lopes; Rui Morais; Rui Veríssimo Batista; Sílvia Vale; Soraia Barroca; Vergílio A. Pinto de Andrade; Victor Oliveira; Victor Santiago Tabares; Vítor Caldeira

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 8000 exemplares

Propriedade
ADRACES
Associação para o
Desenvolvimento da Raia
Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351 - 272 540 200
Fax. +351 - 272 540 209

Número de Identificação Fiscal (NIF) 502706759
Sede da Redacção Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Email viver@adraces.pt

A Revista VIVER é escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

conteúdos

01 Do Diretor

Ler e Saber

03 Do Editor

Porquê a Literacia como Grande Tema?

04 Grande Tema

Literacia – Ler Para Viver Melhor!

30 Tem a Palavra

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, Albano Pires Marques

33 Rostos e Expressões da BIS

37 Nós ADRACES

42 Inovadores e Pioneiros

Vale da Sarvinda, Alfrívda

Cuidar da Terra, das Pessoas e Partilhar os Excedentes... Rumo ao Desenvolvimento Local!

47 Europe Direct

Um Olhar Sobre os Resultados das Eleições Europeias 2014

PORQUÊ A LITERACIA COMO GRANDE TEMA?

Camilo Mortágua
[O Editor]

Porque, para deste mundo poder participar, é preciso saber ler, escrever e contar.

SABER QUE SE NÃO USA... ENFERRUJA

Ler... cantando, sem pensar no que está escrito, é exibicionismo de analfabeto!

Se estiver em águas profundas e não nadar, mesmo que o saiba fazer, afoga-se, suicida-se. Se souber ler e não der uso a esse saber, acontece-lhe o mesmo, afunda-se na ignorância, isola-se, socialmente, suicida-se.

Quando sabemos ler e escrever, mas não lemos nem escrevemos, por falta de vontade em saber o que outros nos querem dizer ou por preguiça de escrever o que temos para dizer aos outros, ainda respiramos, mas já não vivemos. A nossa curiosidade, a nossa inteligência, a nossa cabeça, fica em estado de anestesia parcial e passamos a sentir apenas o desconforto da miséria, as dores físicas e privações provocadas pela falta de uso das capacidades próprias para analisar o que nos rodeia, para compreender e comunicar com os nossos semelhantes.

Neste estado de desinteresse pela afirmação pessoal, passamos a ser “coisa” só para fazer número, uma espécie de “carta fora do baralho”, sem serventia alguma para jogar o grande e difícil jogo da Vida.

Uma região, um território, uma família, uma aldeia, uma cidade ou um País, onde a maioria das pessoas que lá vive se encontra nesse estado de paralisia (anestesia parcial), de desinteresse pelo que os rodeia, será

sempre um território pobre, subdesenvolvido, sem vontade própria, adormecido pelo torpor da ignorância - por muitos “doutores” que nele possam existir!

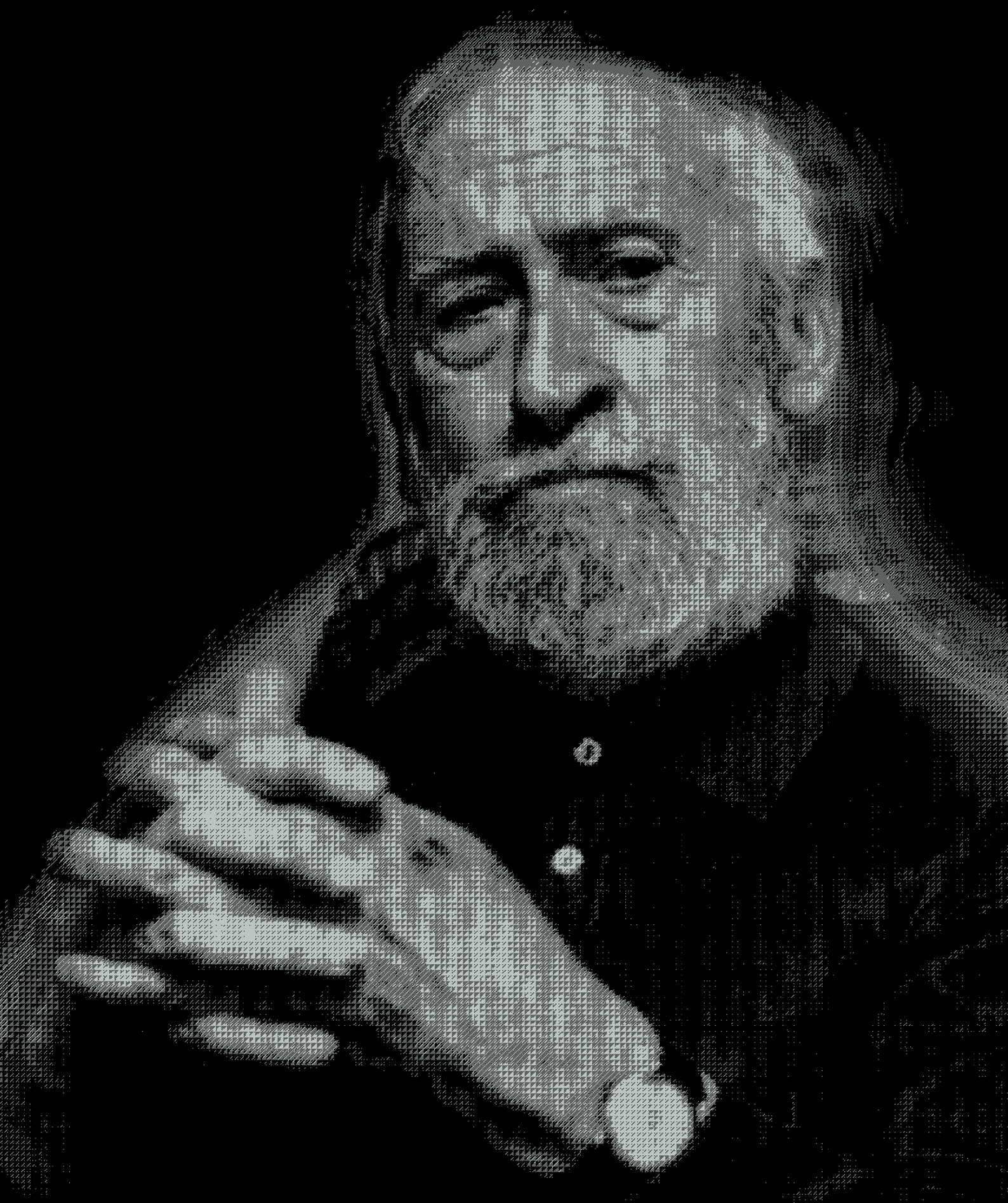
Quando o desinteresse geral prevalece, e é fraca a participação e o número de pessoas interessadas nas políticas e relações sociais (culturais, políticas, económicas, tecnológicas, ambientais, científicas, educativas, etc.) da sociedade em que estão integradas, nessas condições, surgem as oportunidades para os oportunistas, para os que, aproveitando-se do desinteresse da maioria, arrebanham tudo para si próprios. Os Tais LOBOS disfarçados de cordeiros, os cúmplices ativos da conservação da ignorância, os fazedores da pobreza!

Bem sabemos que, no tempo incerto em que vivemos, as grandes preocupações/motivações das pessoas têm que ver com as questões imediatas do TER. Ter... mesmo se para isso houver que “vender os princípios e a alma ao diabo”, sem quase nunca compreenderem que a maneira mais certa de assegurar o TER futuro é, sempre, começar por querer SER mais no presente.

Não tenhamos ilusões. Para podermos defender a nossa dignidade de pessoas livres e os nossos direitos sociais, para efetivamente podermos participar desta colossal luta por uma melhor vida para todos, TODOS temos de estar armados e usar a mais eficaz das armas para esse combate - “ter a capacidade, ainda que básica, de saber compreender e interpretar tudo o que serve de comunicação à Humanidade”: LER, ESCREVER, CONTAR.

P.S. A equipa da VIVER saúda e dá as boas-vindas ao novo Presidente da ADRACES, Comendador Joaquim Morão.





*Queria que os portugueses
tivessem senso de humor
e não vissem como gênio
todo aquele que é doutor*

*sobretudo se é o próprio
que se afirma como tal
só porque sabendo ler
o que lê entende mal*

(Agostinho da Silva)

GRANDE TEMA

LER PARA VIVER MELHOR!

NÃO BASTA SABER LER,
É ABSOLUTAMENTE
NECESSÁRIO LER.

SABER QUE SE NÃO USA, É
RIQUEZA ESBANJADA!

Ouçá, veja, leia, pense sobre o que leu, viu e ouviu; arquive o seu pensamento escrevendo-o. Assim fazendo, estimulará os outros a ler e pensar, recebendo de volta, em quantidade e qualidade redobradas, os estímulos necessários ao aperfeiçoamento da sua própria criação.

Saber identificar as letras, sem ser capaz de perceber o verdadeiro sentido das palavras e frases com elas formadas, é como saber identificar os sons de cada instrumento musical, sem ser capaz de perceber ou apreciar uma canção.

Embora muitas e fundamentais descobertas tenham sido feitas pela humanidade antes que o homem fosse historicamente capaz de escrever, também é certo, e unanimemente reconhecido, que muito mais rapidamente se avançou quando foi possível fixar inteligência e conhecimento em escrita, quando o saber se pôde transmitir com maior fidelidade do que oralmente, quando biblioteca, em qualquer das formas, passou a ser testamento do passado e base de arranque para o futuro.

“Escrevendo ou lendo nos unimos, para além do tempo e do espaço, e os limitados braços se põem a abraçar o mundo; a riqueza de outros nos enriquece a nós. LEIA!”

É o que nos diz Agostinho da Silva, grande pensador e filósofo português do século XX (1906-1994).

CARTA DE ALBERTO MELO

Alberto Melo

[Licenciou-se em Direito e concluiu mais tarde uma Pós-graduação em Educação de Adultos. Esteve mais de 20 anos ligado à Universidade do Algarve e, entre 1986 e 1998, dirigiu uma associação de desenvolvimento local (“in Loco”) com intervenção na zona serrana do Algarve. Antes disso, tinha trabalhado em França; primeiro, como consultor na OCDE, em seguida, como conselheiro na Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO e, por fim, como Professor na Universidade de Paris IX. Também residiu em Inglaterra, onde trabalhou na Open University e na Universidade de Southampton.

Tem sido encarregado de diversas missões, nacionais e internacionais, em áreas como desenvolvimento local, cidadania ativa, democracia participativa, educação e formação de adultos. Relativamente a esta última, foi por duas vezes (1975-76 e 1998-99) responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas, no interior do Ministério da Educação; dirigiu a Revista Aprender ao Longo da Vida e é autor de Passagens Revoltas, uma coletânea de textos da sua autoria escritos desde 1970.]



Pediram-me esta manhã que produzisse um artigo para essa interessante revista que se intitula VIVER. Ora, hoje em dia, um artigo é algo que consigo adiar, adiar, vezes sem conta e, por fim, entro em stress porque o prazo está a chegar e alinhavo então qualquer coisa, só para despachar. Por outro lado, já escrevi tantas e tantas páginas de artigos, aparentemente sem qualquer impacto (olhando para o que se passa hoje à nossa volta), que não estou mais motivado para reincidir. Então, decidi escrever-te uma carta. Como não gosto de fazer esperar os amigos com as minhas cartas, chegará mais depressa do que um artigo. E consigo, também assim, escapar ao maior formalismo dos artigos (estes, as mais das vezes, bem indefinidos).

O tema: Iliteracia. Parece ser mais correto, politicamente, que analfabetismo, como se dizia antes. Para começar e não complicar mais, digamos que se trata de não saber ler nem escrever. Tal era a situação da minha mãe. De origens muito pobres, com um pai ausente, uma mãe a trabalhar permanentemente para fazer subsistir seis filhos e uma professora que não sabia o que era dislexia e substituiu a pedagogia do sucesso pela suposta eficácia da reguada, a minha mãe ganhou medo e raiva à escola e deixou de lá pôr os pés. Casou com alguém que acreditava nas vantagens da educação e que conseguiu uma relativa promoção social depois de completar, já adulto e com filhos, o então “7º ano dos liceus”. Devo dizer que, apesar de o analfabetismo da minha mãe ser visto e vivido pelo meu pai como uma “vergonha da família”, a esconder a todo o custo, nunca constatei que houvesse grande diferença entre os meus progenitores quanto a inteligência e sabedoria. Os processos para chegar ao conhecimento é que eram bem distintos. Ele, pelos jornais e pelos livros; ela, pela observação atenta da realidade, por uma intuição aguda e pelas conversas com pessoas da família, das relações e da vizinhança.

Quando, ainda criança, comecei a passar com a família as chamadas “férias grandes” numa pequena aldeia a uns 65 quilómetros a norte de Lisboa, constatei como a exceção que vivíamos em casa, com o analfabetismo da minha mãe, era afinal a regra naquela comunidade. Haveria uma meia dúzia de pessoas que sabiam ler e escrever e a vida corria com a normalidade (ou anormalidade) de sempre, pois as atividades económicas e as relações sociais ocorriam de uma maneira geral sem necessidade de recurso aos códigos da escrita. E, quando ocasionalmente as letras se tornavam necessárias, havia sempre quem, do padre ao professor da escola, se oferecesse para decifrar uma carta ou um edital.

E, meu caro amigo, terá sido desta forma que a Humanidade viveu e evoluiu durante milénios, quando a quase totalidade da vida quotidiana se desenrolava sem recurso aos caracteres escritos e estes faziam parte do património de conhecimentos, mais ou menos místico, ciosamente guardado e defendido pelos “senhores das letras”, geralmente os representantes da classe religiosa. As três grandes “religiões do livro” (Bíblia, dos cristãos; Corão, dos muçulmanos; Tora, dos judeus) geraram as suas hierarquias de representantes únicos da respetiva leitura e interpretação. Os reis e guerreiros faziam alarde dos seus conhecimentos, enquanto os comerciantes apostavam forte nos números, mas letras só o estritamente necessário para registo dos negócios. Assim, a grande maioria da população vivia bem alheada da leitura e da escrita, até porque estas atividades se inscreviam em raros e caros manuscritos, normalmente reservados aos conventos e universidades. E as solicitações de escrita ou leitura eram praticamente inexistentes, o que levava estas pessoas a não se sentirem particularmente carentes pelo facto de não conhecerem ou dominarem os códigos da escrita. Por isso, eu digo por vezes, para provocar e suscitar o debate, que foi Gutenberg quem “inventou o analfabetismo”. Quando “os 26 soldadinhos de chumbo” que, segundo o inventor, iriam conquistar o mundo, passaram a permitir, depois de 1450, uma acelerada multiplicação de cópias de obras escritas, o que anteriormente exigia a demorada e paciente reprodução manual, a leitura entrou no campo das possibilidades e, mais tarde, das necessidades da universalidade das pessoas.

Naturalmente, a Igreja, no seu conjunto, e a grande maioria dos professores reagiram negativamente a uma invenção tão subversiva. Como era possível que a produção e difusão de obras escritas saíssem do ambiente protegido e bem controlado dos copistas monacais para se espalharem por uma qualquer oficina e caírem assim nas mãos de

possíveis revolucionários, heréticos e inimigos da religião e do rei? Por seu lado, os professores recebiam perder a sua relevância, uma vez que os alunos passariam a obter nos livros todos os conhecimentos necessários. Rapidamente, porém, a Igreja encontrou na nova Imprensa vantagens renovadas. Por um lado, a primeira grande edição tipografada é uma belíssima Bíblia impressa em Nuremberga. Por outro lado, as bulas de indulgências que a Igreja vendia aos fiéis e eram de tiragem limitada, pois consistiam em cópias penosamente manuscritas, passaram a circular aos milhares, graças às novas máquinas de reprodução, o que multiplicou fortemente os cofres clericais. No entanto, para além dos proveitos financeiros, esta inflação de bulas veio igualmente provocar a reação crítica de Lutero e de Calvino que, a partir da contestação das bulas, acabaram por lançar as bases de uma nova tendência da religião cristã que se afastou da submissão ao Papa e às hierarquias. Estas novas correntes defenderam então a Bíblia como única fonte de verdade e autoridade religiosas. Assim, os respetivos seguidores passaram a ter o dever da leitura diária do Livro, que deveriam guardar nas suas casas. Mais uma vez o papel da Imprensa de Gutenberg desempenhou um papel determinante para garantir o cumprimento destas obrigações. Nas novas religiões do Centro e Norte da Europa, a leitura tornou-se então um veículo essencial para a salvação das almas, o que levou a campanhas maciças de alfabetização e fez da Escócia, principalmente através da ação de John Knox, a primeira nação do mundo a apresentar uma população adulta letrada a praticamente 100%.

Em países como Portugal, com uma “incoesão” social, económica e cultural profundamente estruturada e enraizada, foi possível até quase aos nossos dias restringir a possibilidade e a capacidade de a grande maioria das mulheres e homens acederem ao “mundo das letras”. O obscurantismo, e não o iluminismo, foi a ideologia e a estratégia que adotaram, e persistentemente prosseguiram, reis e governos cujo propósito supremo era o de conservar e até agravar as já tremendas desigualdades, em termos de riqueza, poder e fruição cultural, que dividiam (e dividem) profundamente a sociedade portuguesa. É exemplo deste receio de abrir as portas do conhecimento à grande massa a afirmação do deputado do partido único salazarista, Pinto da Mota, em 1938: “Deformar o espírito de quem aprende é a maior das desgraças; é melhor deixá-los analfabetos do que com o espírito deformado... Se nós queremos entregar esse milhão e seiscentos mil analfabetos nas mãos de qualquer professor, esses homens podem vir a transformar-se em inimigos da sociedade”. Como resultado desta política consciente de barrar às populações o caminho do poder e da consequente transformação social, através de restrições de toda a ordem do acesso aos saberes e à cultura, Portugal atingiu os mais elevados níveis de analfabetismo de toda a Europa, distintivo que ainda hoje conserva: 26% em 1970, 19% em 1981, 11% em 1991, 9% em 2001, 5% em 2011.

Mais graves do que estes números, que se restringem à mera capacidade de ler e escrever, são os resultados do 1º Estudo Nacional de Literacia, publicados em Outubro de 1985, segundo os quais 4.900.000 portugueses não ultrapassam o nível 2 relativamente às competências de leitura, escrita e cálculo, quando é universalmente reconhecido que os níveis 3 e 4 são atualmente exigidos para se assegurar uma participação consciente e construtiva na sociedade contemporânea. Estarão nestas condições precárias bem mais de 80% dos cidadãos e cidadãs do nosso país (dado que o Estudo não incluiu o milhão e trezentos mil com mais de 64 anos, que apresentam índices decerto ainda inferiores), que se encontram desta forma excluídos das bases necessárias ao desenvolvimento pleno das suas potencialidades e, por conseguinte, destituídos de uma cidadania integral. E, meu caro Camilo, esta fratura de 80% - 20% parece estar omnipresente nas várias assimetrias da sociedade portuguesa, quer se refira a propriedade ou rendimentos, quer a posse e leitura de livros, compra de jornais ou fruição de bens culturais.

E, no entanto, apesar das baixíssimas taxas de escolarização, de qualificação e de demonstração de conhecimentos e de competências por parte da população adulta portuguesa, no seu conjunto, nunca a Educação de Adultos foi prioridade na agenda política dos nossos governantes, quer em Monarquia, quer em República, quer em regime ditatorial ou democrático. Principal conclusão a retirar é a de que a classe política portuguesa, os setores dominantes na sociedade de ontem como de hoje, sempre alcançaram o maior sucesso no seu intento, ora explícito, ora oculto, de impedir que a grande maioria das pessoas adultas se construísse como cidadãos de pleno direito.

Mais importante do que ler as letras, caro Camilo, é de facto, como disse e muitas vezes repetiu Paulo Freire, ler o mundo e são inúmeros os inimigos do acesso à leitura do mundo por parte da generalidade das pessoas. Há 40 anos, quando o nosso país se libertou do regime totalitário da direita salazarista, imediatamente se levantou a necessidade de superar o estrutural e generalizado problema do analfabetismo nas camadas sociais mais pobres e dominadas. A primeira tentativa foi a de importar o modelo cubano, anunciando a “erradicação do analfabetismo” em três anos, graças à intervenção de militares e de estudantes voluntários em campanhas maciças de alfabetização por todo o país. Esta estratégia apresentava algumas falhas graves. Por um lado, o analfabetismo não era uma doença das pessoas que dele sofriam, para poder ser assim “erradicado”, não podia ser apresentado e não devia ser vivido como um estigma. Era antes o efeito de condicionantes sociais, políticas, económicas e culturais que tinham empurrado para esta condição largos setores da população portuguesa. Para ultrapassar esta situação, não se devia sublinhar o seu carácter negativo, a carência que afetava cada pessoa, mas havia sobretudo que dar importância e visibilidade a tudo o que essa pessoa, embora sem saber as letras, era capaz de ser, de fazer, de projetar. Além disso, de que serviria transmitir a centenas de milhar de portugueses as técnicas da leitura e da escrita, num processo acelerado e uniforme, se em seguida tivessem de viver nas mesmíssimas circunstâncias socioeconómicas e culturais que tinham gerado esse analfabetismo? Ganhar as competências de leitura e de escrita não pode constituir um mero processo didático, uma simples aplicação de técnicas, sobretudo nas populações adultas. Será sempre através de dinâmicas, profundamente assumidas, de transformação social e pessoal, que os problemas de analfabetismo, com a gravidade e a expansão que assumiram (e ainda hoje assumem em Portugal, embora já, como vimos, com referência a um nível 2 de Literacia), deverão ser encarados e enfrentados.

Experiências que vivi pessoalmente em 1975 e 1976, por exemplo, estão na base da minha convicção, caro Camilo, de que a principal motivação para o conhecimento e, daí, para a aquisição de novas competências, como as de ler e de escrever, brota de uma consciência de que é possível assumir o controlo sobre as nossas vidas e sobre o presente e o futuro da nossa sociedade e das instituições e organizações dentro das quais atuamos. Eu era então Diretor-Geral da Educação Permanente (DGEP), uma pequena unidade dentro do Ministério da Educação. Durante o 7º (e último) Governo Provisório, sendo Ministro da Educação, Vítor Alves (um dos militares de Abril). Então, para apoiar uma estratégia de promoção educativa e cultural junto da população adulta, lançámos um Programa de Educação Popular, tendo em vista reforçar as muitas e diversas iniciativas que então bro-

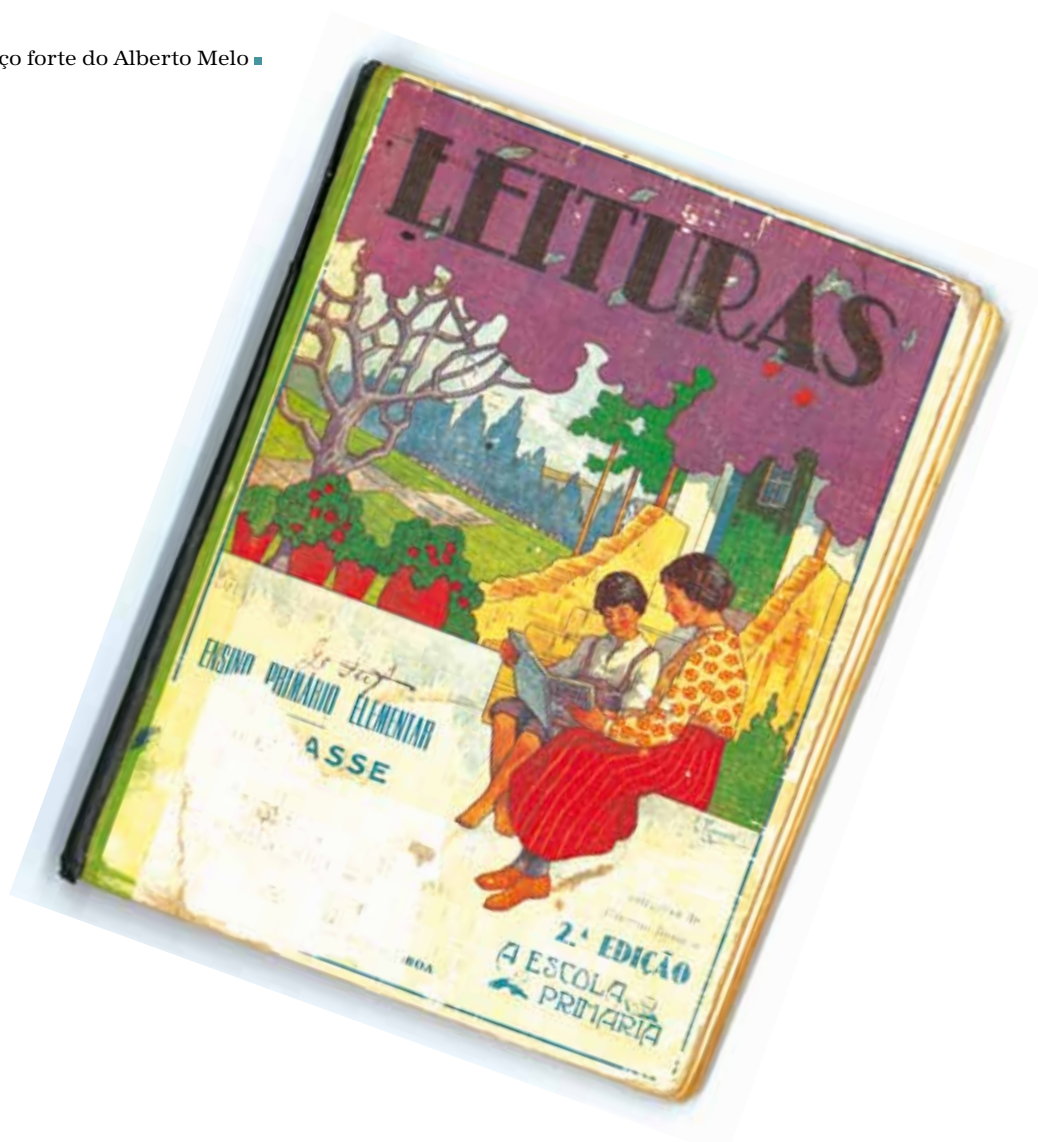


tavam por todo o país com vista a uma rápida e duradoura melhoria das condições de vida, materiais e imateriais, da maioria da população portuguesa, até então submetida à pobreza e ao silêncio. Fizeram-se anúncios e estabeleceram-se inúmeros contactos, para dar a conhecer a disponibilidade daquela Direcção-Geral em colaborar ativamente com qualquer projeto visando a promoção cultural e educativa das pessoas adultas.

Para grande surpresa minha e dos colaboradores e colaboradoras da DGEP, os pedidos não eram, exclusivamente ou em primeira mão, para cursos de alfabetização, mas para atividades mais abrangentes, capazes de gerar novos saberes e competências e de ajudar a construir “contextos educadores” e projetos coletivos mobilizadores, onde decerto, mais cedo ou mais tarde, se viriam inscrever atividades específicas de aprendizagem da leitura e da escrita para quem delas necessitasse. Das Minas do Lousal, em Grândola, chegou uma carta onde pediam apoios para, além dos cursos para adultos, o reforço da biblioteca, a impressão do novo jornal, o equipamento do teatro, monitores de voleibol, etc. Em Aljustrel, os mineiros pretendiam ajuda para organizar cursos de língua francesa, pois queriam corresponder-se com os colegas que trabalhavam para a mesma empresa na Bélgica. Em S. Pedro da Cova, nas minas de carvão, pedia-se o apoio de especialistas para a criação de um Museu da Mina, com a respetiva história, desde os primeiros achados e através das muitas lutas, incluindo também os inúmeros fósseis encontrados durante as escavações. Numa herdade do Ribatejo, os trabalhadores tinham detetado curiosas ruínas e vestígios antigos (é significativo que, depois de lá terem trabalhado muitos anos, só na altura em que passaram a co-gerir a propriedade tenham ganho a percepção destes traços da História e visto despertar a curiosidade para os compreender). Queriam então que a DGEP lhes enviasse um historiador que com eles percorresse a herdade para trabalharem em conjunto a vida e a evolução daquele território.

Para terminar, meu caro Camilo, que a carta já vai longa, direi apenas que, hoje como ontem, haverá sempre vontade e motivação para ler e escrever as letras se houver a consciência e a convicção de que também será possível estarmos a ler e a escrever o nosso mundo.

Com um abraço forte do Alberto Melo ■



VIVER MELHOR COM LITERACIA CIENTÍFICA

Rosalia Vargas

[Licenciada em Filosofia e Mestre em Comunicação Educacional e Multimédia, o seu percurso académico e profissional contempla ainda formações na Educação de Adultos, na Educação e os Media e na Cultura Científica e Tecnológica – áreas em que tem tido cargos de coordenação, integrando grupos de estudo e avaliação nacionais e internacionais: membro do Board do ECSITE – European Network of Science Centres and Museums (2001-2007), membro do Conselho Nacional de Educação (2006-2011) e vereadora da Educação, Juventude e Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (2007-2009), foi também Delegada Nacional no 7º Programa Quadro Investigação e Desenvolvimento, Comissão Europeia e integrou o Comité Editorial do Programa Harvard Medical School – Portugal. Faz parte do Conselho Geral de duas escolas secundárias e integra o grupo de trabalho relativo ao acordo de cooperação entre Portugal e Angola.

É Presidente da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva e do Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, exercendo ainda competências ao nível da implantação da rede de Centros Ciência Viva em todo o país (1996/2013). Desde Junho de 2013 é Presidente do ECSITE – European Network of Science Centres and Museums.]



“Os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”, escreveu Wittgenstein, um filósofo austríaco, naturalizado britânico, que passou grande parte da sua vida a estudar a forma como a linguagem pode configurar a nossa percepção da realidade. Nesta linha de pensamento, o mundo de cada um de nós será tanto mais rico quanto mais rica for a nossa linguagem, o nosso conhecimento, a nossa literacia.

Poder-se-á contrapor que uma vida feliz não está dependente da nossa capacidade de ler ou escrever – afinal, milhões de seres humanos viveram num tempo anterior à generalização da escrita pelos Sumérios, ou à invenção do alfabeto pelos Fenícios, e terão vivido felizes. Seria certamente arrogante da nossa parte pensar que vivemos melhor agora porque temos mais literacia, mas é forçoso reconhecer que, pelo menos, vivemos mais tempo – o que fazemos com esse tempo a mais, se o vivemos melhor ou pior, cada um de nós terá a sua resposta.

O mundo em que estamos imersos a cada segundo das nossas vidas é tão maravilhoso que dificilmente lhe seremos insensíveis, seja qual for o grau de literacia ou de conhecimento com que o encaramos. Para muitos de nós, bastará senti-lo, absorvê-lo, mesmo que por um só instante, para que o coração se encha de felicidade e a vida ganhe todo o seu sentido. Mas será suficiente? Não nos estaremos também a privar do deslumbramento do desconhecido, dos mundos que os nossos sentidos não alcançam, ou daqueles para os quais nos faltam as palavras e o conhecimento? Das profundezas do infinitamente pequeno aos confins do universo existem outros mundos maravilhosos, mundos que só a ciência e a tecnologia permitem perscrutar e conhecer.

Do ponto de vista da realidade subjetiva, do mundo de cada um de nós, é sempre possível viver, mesmo sem literacia e conhecimento – essa será uma questão do foro individual. Mas somos também indivíduos sociais, imersos em padrões de cultura e conhecimento, regulados por valores e princípios éticos, com deveres face ao coletivo e às sociedades em que vivemos. Viver melhor sem literacia e conhecimento é uma prerrogativa que podemos exercer, mas fazê-lo representa uma demissão das nossas responsabilidades sociais.

A visão da cultura científica enquanto condição estratégica de inovação e crescimento emerge de um consenso social e político crescente, um consenso que assenta no pressuposto de que a ciência e a tecnologia constituem a base do desenvolvimento das sociedades modernas. Nesta perspetiva, uma sociedade literata, cientificamente culta, será mais capaz de mobilizar o capital humano indispensável à sua prosperidade e bem-estar, mas deverá também assegurar o envolvimento ativo do público no debate científico, numa perspetiva de inovação socialmente responsável e sustentável. A cultura científica, sendo essencial para uma participação informada dos cidadãos na vida social e económica, é igualmente uma condição de base para o desenvolvimento da própria ciência. Não há crescimento científico sustentado numa sociedade com um baixo índice de literacia científica. Uma população esclarecida, conhecedora dos seus cientistas e da importância do seu trabalho, é também uma garantia de apoio a um investimento crescente na investigação e na produção do saber.

É neste contexto que surgiu em Portugal a Ciência Viva, a organização que abraço desde o primeiro dia, em Maio de 1996. Como organização não-governamental, de utilidade pública, sob a forma de uma associação de instituições científicas, a Ciência Viva tornou-se uma realidade à escala nacional, capaz de mobilizar os profissionais da ciência e da tecnologia para melhorar a literacia e o conhecimento na sociedade portuguesa. Dois princípios têm norteado a Ciência Viva: por um lado, a defesa do ensino experimental das ciências para a melhoria da educação científica nas escolas e, por outro, o reconhecimento da prioridade da educação na formação da cultura científica e tecnológica. Ao exigir uma profunda transformação de mentalidades, a apropriação generalizada da cultura científica torna-se um processo impensável sem o envolvimento de amplos setores da sociedade. Por isso, a Ciência Viva constituiu-se, desde o início, como um programa aberto e promotor de alianças.

Estimular o envolvimento da comunidade científica e das suas instituições na melhoria da educação científica de base dos cidadãos tornou-se, portanto, um pilar central da ação da Ciência Viva. Este trabalho é visível todos os dias, em todo o país, na extensa rede de Centros Ciência Viva, nas ações de Ciência Viva no Verão, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, mas também em centenas de projetos educativos nas escolas portuguesas e nas comunidades em que estas se inserem.

Ao longo de quase duas décadas tenho tido o privilégio de ver, estampada no rosto de milhares de participantes nas ações da Ciência Viva, a resposta à nossa questão inicial: Viver melhor? Só com literacia e conhecimento. ■

A CULTURA É A LIBERDADE DO POVO



Maria Eduarda Rosa

[Maria Eduarda Faria da Rosa escolheu para nascer uma ilha no Atlântico norte com o nome de Faial. Na infância, conheceu um vulcão e começou a amar a música. Ilha e vulcão e música enlaçam-se numa tríade que cedo a tornou cidadã do mundo. Tem por lema de vida aprender e, tendo frequentado várias universidades, aquela que mais a tem ensinado é a da vida. Sente-se irmanada com toda a natureza. Gostaria de ver o mundo, que etimologicamente significa limpo, mais igual, mais harmonioso. Considera-se uma personalidade eclética. Já criou na carne, já plantou árvores e já escreveu livros. Tem-se dado e continuará a dar-se à cultura, pela arte.]

“A cultura é a liberdade do povo” foi uma frase que, após o 25 de Abril de 1974, chegou à Alemanha num cartaz com linhas muito finas, muito subtis, delineando algumas formas geométricas. De tão bonito, a professora de língua portuguesa, que ensinava filhos de emigrantes portugueses, colocou-o na parede da sala. Isto passou-se na Riederbergschule, em Wiesbaden. O cartaz incomodou o reitor da Escola que o mandou retirar, ordem à qual a professora não obedeceu. Dá, contudo, que pensar a atitude do reitor. O que o terá perturbado tanto?

Já houve quem tenha encontrado mais de 160 definições para a palavra cultura. De raiz indo-europeia *Kwel*, parece estar ligada à ideia de roda, de movimento circular. No velhinho dicionário do saudoso arabista José Pedro Machado, a palavra cultura tem quinze significados que se poderão resumir em dois sentidos diferentes: em primeiro lugar, a palavra é utilizada no sentido do cultivo da terra e do produto que daí advém, e em segundo lugar, no sentido da aplicação às coisas do espírito e ao estudo que delas se faz.

Poder-se-á então inferir que cultura implica um movimento circular de retorno em que se verifica uma evolução progressiva nestas duas simplificações atrás referidas: cultivo da terra e cultivo do espírito. Esse regresso à origem terá de ser feito de forma harmoniosa de acordo com as leis da natureza.

A cultura tanto nos identifica como nos move.

A palavra liberdade, do latim *liberitate*, como o direito de dispormos de nós, exercendo sem constrangimento as nossas faculdades físicas e intelectuais, também está ligada ao movimento. Todo o homem é uma liberdade em movimento, aprendemos com Marcello Duarte Mathias. (1)

Tanto a cultura como a liberdade fazem parte de um processo dinâmico contínuo: transportamos a cultura das raízes, (re)criamo-la e é essa (re)criação que se irá prolongar no futuro. Fernando Pessoa escreveu que somos todos filhos e pais da cultura porque dela nascemos e porque a vamos criando.

O movimento da roda da vida obriga ao desenvolvimento pessoal e social. Desenvolver é tirar do invólucro, abrir, fazer crescer, melhorar, expor, prosseguir, incrementar e tornar mais próspero o que a natureza nos dá.

Para que haja desenvolvimento, há que cada um crescer não só física mas também espiritualmente, realizando-se e melhorando a sua pessoa. Como ninguém cresce nem se desenvolve sozinho, o processo só se fará com os outros. A palavra *consciência* etimologicamente significa conhecer com. Este processo só fará sentido se retornar aos outros. Aqui os outros não são só os da nossa espécie, são os outros animais, as plantas, o ar, a água, numa palavra, toda a vida do planeta que habitamos que, neste fim de ciclo, está bastante desequilibrado, sendo urgente reequilibrá-lo, sob pena de acabarmos com a vida.

A cultura passa também pelo conhecimento. Uma sociedade evoluída é alfabetizada e tem um nível de conhecimento elevado. O Professor Agostinho da Silva lembrava que a palavra *pedagogia* vinha do primeiro escravo grego obrigado a ir à escola. É verdade que essa arte de instruir e educar foi e poderá continuar a ser escravizante, pese embora o esforço realizado ao longo dos tempos para que a aprendizagem seja em diálogo permanente de professor-aluno. Lembre-se o preceito lançado por John Dewey, “learning by doing”.

Não é nossa intenção fazer um historial da educação, mas recordamos, a título de exemplo, o testemunho do Professor Agostinho da Silva no século passado que promoveu e difundiu ideias vindas da escola nova, donde derivaram dois outros movimentos: o da escola cultural e o de Freinet. Partilhamos com ele a ideia de que o homem tem responsabilidade na sua transformação e a ideia de que o homem nasceu para criar. Nas décadas de trinta e quarenta do século passado, Agostinho da Silva trabalhou intensamente pela promoção da cultura do povo, tendo escrito e realizado conferências, algumas radiofónicas, a nosso ver, de grande interesse. Num projeto editorial, com a intenção de vulgarizar conhecimentos que achava importantes para se obter uma cultura vasta e sólida, publicou, a preço bastante acessível, um conjunto de cadernos a que chamou *Iniciação* de informação cultural (1940-1946), outra coleção com o título *Antologia* de introdução aos grandes autores (1941-1946), outra coleção *À Volta do Mundo* (1943) com textos para a juventude, e ainda *Cadernos Culturais* com biografias. Quem tem coragem é; quem sabe atua; quem acredita inova, citamos de cor as suas palavras sobre Montessori.

É certo que as grandes aprendizagens se fazem pelo coração. E aí a escola da vida ensina-nos de forma profunda. Não diremos que a escola oficial não é necessária, mas o mais importante é que cada cidadão trace o seu próprio programa de aprendizagem, adquirindo poder crítico sobre a sociedade em que vive, desenvolvendo-se o mais possível para ajudar o mundo a ser melhor. É urgente que os cidadãos sejam livres e atuantes e que ao fazer, se façam.

Não pretendemos entrar numa reflexão sobre a educação oficial, mas estamos em crer que há muita gente a dar mais importância ao canudo do que à aprendizagem, pois o canudo pode dar emprego e, neste momento histórico, há falta dele.

Usa, serás mestre. Este tão conhecido e velho provérbio popular contém uma grande sabedoria. Quando se ouve um grupo coral alentejano sente-se esta verdade que tem que ver com a escola da vida.

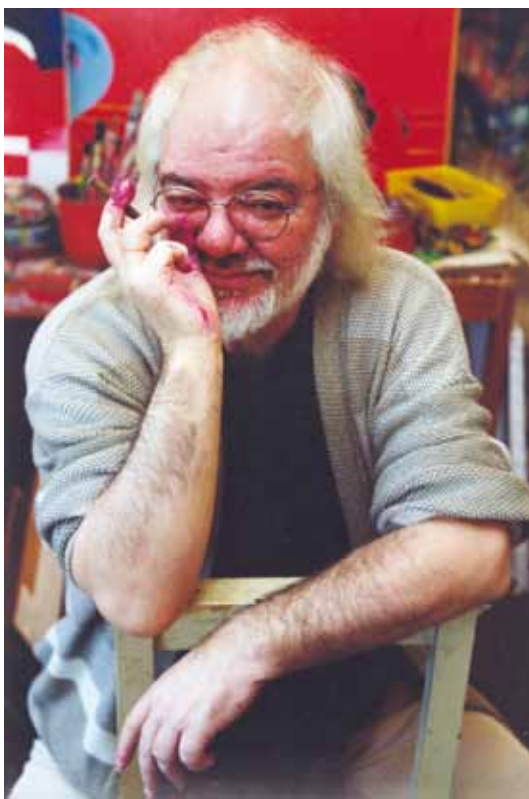
A sociedade atual tem acesso a uma informação muito diversificada que cada um pode utilizar. Mas isso só interessa se as pessoas se tornarem mais capazes de criarem cultura, seres de livre pensamento e não carneiros seguindo diretrizes dos exploradores que por aí continuam.

Acredite-se com Agostinho da Silva que podemos ser todos poetas (a palavra poeta etimologicamente quer dizer “aquele que faz”, “aquele que cria alguma coisa”), todos, por conseguinte, criativos. Só assim poderemos abraçar a causa de criar pontes que unam pacificamente as pessoas e os povos num novo paradigma civilizacional.

Por que será que a frase do cartaz “A cultura é a liberdade do Povo” incomodou tanto o senhor reitor alemão? ■

(1) Marcello Duarte Mathias, in *A Felicidade em Albert Camus*, Dom Quixote, 2013, citado no “JL” de 13-26 de Novembro de 2013 por Guilherme de Oliveira Martins, no artigo “A presença de Albert Camus”: “Para lá das contingências históricas que o condicionam, todo o homem é uma liberdade em movimento, liberdade que se afirma e interroga ao serviço de uma ambição mais alta.”

NADA



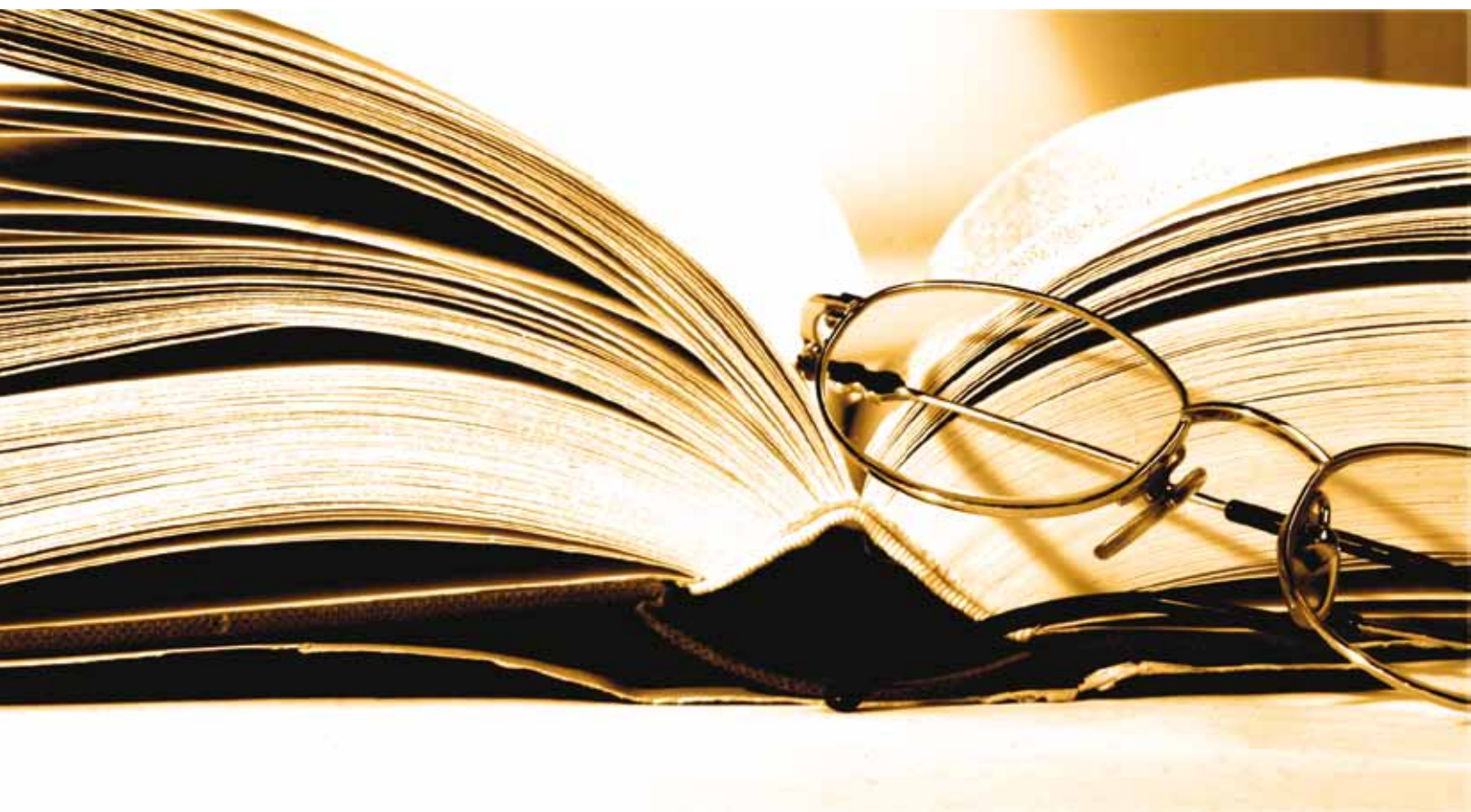
Vasco Castro

[Vasco de Castro nasceu em Vila Real, em 1935, e cursou Direito na Universidade Nova de Lisboa, onde foi dirigente associativo e se envolveu em atividades jornalísticas e culturais. Exilou-se em Paris entre 1961 e 1974 e aí colaborou na imprensa francesa como desenhador satírico em títulos como Le Monde, Le Figaro, e N. Observateur. Fundou uma editora e jornais underground e políticos nas margens da extrema-esquerda. Expôs pintura e desenhos, participou em antologias internacionais de humor e está referenciado em diversas enciclopédias. É sócio correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes desde 1992.]

Num conhecido concurso televisivo que anima (!) as noites dos portugueses, aparecem concorrentes para responderem a perguntas de cultura geral e ainda algumas ligeiramente especializadas. A maioria dos concorrentes apresenta-se com formação dita universitária, não me lembro de terem sido selecionados carpinteiros, trolhas, camponeses ou o merceeiro da esquina. Confesso que não vi tudo, longe disso, mas nos concorrentes que segui, notei sobretudo advogados, professores, técnicos...

A minha surpresa e susto foi ver aquele leque de concorrentes, insisto, com formação superior, encaixar em perguntas sobre geografia, literatura, história e coisas assim, ao nível de escola secundária, enfim, de conhecimento básico. Os concorrentes ofereciam então um lamentável espetáculo, hesitavam, pediam ajudas, desistiam, sorriam... satisfeitos com o espetáculo da ignorância própria e do punhado de euros que conseguiam embolsar.





O programa que refiro é exemplar e inquietante. Sobre o estado de analfabetismo do país que somos, de iliteracia.

Iliteracia, diz-me o dicionário, é a dificuldade em ler e interpretar, e escrever. Analfabetismo.

Permita-se-me agora uma historieta... histórica.

No ano em que a civilização ocidental esperneou, em Paris, com tremendas dores de parto e o mundo bramiu de pavor, nesse ano em que o povo das ruas miseráveis da capital francesa se preparava para literalmente cortar a cabeça à velha ordem autocrática, ociosa, repressiva e parir o direito às liberdades que ficariam consagradas para sempre na Declaração dos Direitos do Homem, nesse ano de todo o nosso destino e que ainda é o nosso... um acontecimento, aparentemente anódino, se registaria como momento-chave da nossa história moderna, em que o mundo dá uma volta de trezentos e sessenta graus. Foi assim.

Junto à velha fortaleza-prisão, a Bastilha, nos limites da cidade, algumas dezenas de parisienses dos bairros populares repetiam em fúria de amotinados, então vulgar por toda a parte, e ali a reclamarem a liberdade dos prisioneiros da Bastilha, aliás menos do que julgaram. Mas a Bastilha era mais que uma vulgar prisão.

A Bastilha era um símbolo do poder absoluto dos Bourbons e da aristocracia a viver na opulência do palácio de Versalhes de mil espelhos. O número de prisioneiros era irrisório, mas a carga simbólica imensa, como incomensurável o seu assalto pelos miseráveis de Paris em cólera e sem temor. O assal-

to à fortaleza-prisão da Bastilha ocorreu a 14 de Julho de 1789, dia que ainda se comemora em França como o dia da pátria. Mas que terá a ver a iliteracia com a celebrada tomada da Bastilha?!...

Nesse dia de Julho 1789, um moço servente de padeiro, na sua volta de distribuição do pão, passou pelos tais exaltados às portas da Bastilha, não se alarmou, estava habituado a tumultos diários nesses tempos de Paris, seguiu adiante. No regresso, o patrão-padeiro perguntou-lhe se tudo correria sem novidade... nada de especial, respondeu o moço, apenas umas pessoas aos gritos frente à Bastilha.

Nesse dia de 1789, nas magnificências do palácio de Versalhes, o rei bourbon Luís XVI escrevia no seu diário pessoal – *rien* – nada.

Sua sereníssima majestade, o rei dos franceses, melancolicamente anotava que nada ocorrera nesse dia que lhe despertasse a sua augusta atenção.

O moço padeiro, muito jovem e analfabeto, na luta contra a fome de todos os dias, não tinha meios de entender a realidade mais próxima e cujo sentido lhe escapava de todo. O rei dos franceses, de educação escolhida pelo avô Luís XV, o rei Sol, tivera lições de retórica, arte, dança, música, esgrima... e dispunha de uma biblioteca, que, aliás, o aborrecia. Os seus atentos ministros contaram-lhe do que sucedera na Bastilha, bocejou, e, antes de se recolher, escreveu no seu diário – *rien*. Nada.

São dois casos de iliteracia que evoco para ilustrar o que é por demais evidente – não basta saber ler, se não se entender o que se possa ler, para melhor perceber a realidade. Porque a realidade toca a todos. ■

A PALAVRA VIVA

Amélia Muge

[Amélia Muge é uma artista com atividades ligadas à música, formação em projetos de desenvolvimento local, teatro, cinema de animação, multimédia, desenho e literatura. Tem o Curso de História e pós graduação em Comunicação e Ensino, Curso de Cinema de Animação (Gulbenkian) Design, Desenho, Audiovisual (AR.CO). Como autora compositora canta as suas composições e cantam-na Ana Moura, Camané, Mísia, Cristina Branco, Pedro Moutinho, entre outros. Como intérprete, participou em concertos e/ou na discografia de outros músicos e cantautores como Fausto, José Mário Branco ou Júlio Pereira. Todos os álbuns até agora editados constam sempre das listas dos melhores do ano em jornais como o Público, Diário de Notícias, Blitz ou Expresso. O seu álbum “Todos-os-dias” foi incluído nos “100 melhores Álbuns de sempre da Música Portuguesa”, seleção e edição do Jornal Público. “Taco-a-taco” recebeu o prémio Zeca Afonso. Das suas parcerias internacionais destacam-se músicos como Amancio Prada, as Vozes Búlgaras do Pirin Folk Ensemble, Elena Ledda, Ricardo Tesi, entre outros.

Recebeu, em 2013, o prémio da Academia Charles Cros (França) pela sua participação no CD Ruelles. Com o grego Michales Loukovikas editou em 2012 Periplus, considerado o Melhor Álbum do ano pelo Jornal Expresso, um dos três melhores pela SPAutores e, entre outros prémios internacionais, foi nomeado pela britânica Folkroots para os 10 melhores álbuns do ano e ainda eleito entre os 10 melhores pelo programa espanhol: Mundofonias.

Em 2014 prepara um novo álbum com lançamento previsto para Novembro.]

A palavra só tem uma forma de viver: dentro de nós. E nós viveremos seguramente melhor dentro dela, quando essa maravilhosa simbiose entre pensamento, visão do mundo e palavra se derem, quando usamos as palavras. Ou... como dizem muitos escritores, as palavras nos usam.

Este ponto de partida é, para mim, fundamental quando se trata de pensar a escrita.

Antes do mais, a escrita é a forma que a oralidade da palavra encontrou de se fazer mais memória. Ao encontrar um suporte que não estava no corpo, a palavra amplificou a sua imagem, que deixou de ser simplesmente sonora e passou a ser também visual e gestual. Mas uma e outra coisa continuam indissociáveis.

Isto é, muitas vezes, esquecido quando se pensa em literacia. Por isso é que, quando as revoluções aconteceram (nomeadamente a do 25 de Abril), muitas foram as experiências dentro do âmbito da educação de adultos ou das chamadas campanhas de alfabetização que já lidavam com este facto primordial: quem não sabe ler e escrever, já tem dentro de si a palavra viva. Já sabe muita coisa e exprime-o, quer decorrente da forma de entender a vida, quer de-



corrente da forma como a vida lhe vai dando um trabalho para fazer, um problema para pensar. Nós fazemos aquilo que somos e a palavra sabe disso. Essas ações, no âmbito da educação de adultos, foram por isso importantíssimas, pois iam muito para lá do aprender a ler e a escrever. Iam ao encontro da pessoa com a sua palavra, viva, dentro dela. Ao encontro da sua cultura de trabalho e de pensamento social, político e artístico.

Por isso, reduzir o não saber seja o que for no domínio do conhecimento dos códigos da escrita não significa que não se saiba o que é a palavra e a forma de usá-la. Isto explica muita coisa ainda, quer no domínio, por exemplo, das artes tradicionais quer no domínio das formas de oralidade que podem ser extremamente criativas, mesmo na ausência da escrita.

Por outro lado, a própria noção de escrita é restrita quando aplicada à reprodução da palavra num papel. Escrita é toda a forma que é usada dentro de um determinado código. Não apenas os códigos que facilmente se percebe que se enquadram dentro desta ideia, como por exemplo, o código morse ou os códigos musicais. Escrita é ainda o uso de símbolos com que se marcam os animais, as propriedades. Escrita são as formas que lemos nas nuvens. Escrita são as impressões que as ondas deixam na areia. Escrita é a forma de entendermos as formas e os seus sinais, dentro de uma compreensão maior do que é comunicar. Por isso, quase que podíamos dizer que escrita é tudo. E digo quase se pensarmos que, quantas vezes, vemos tanta coisa escrita que nada quer dizer (não sendo, portanto, escrita, mesmo tendo sido usadas as palavras).

Tentei encontrar, através deste caminhar do pensamento até este momento, os elementos fundamentais para poder dizer o que vou dizer a seguir.

De novo, como antes, há os que veem o desenvolvimento a partir de uma série de evoluções de âmbito tecnológico. E qualquer apropriação de uma técnica envolve um código, um conhecimento de símbolos, uma manipulação para obtenção de uma determinada prática. Isto é verdade para a palavra escrita, para a pintura, para a cirurgia, para pilotar aviões, para o domínio de qualquer conhecimento que envolva uma prática, uma ação. O que as pessoas esquecem é que qualquer técnica (onde se inclui o saber ler e escrever e contar) é um mero meio. Por isso é que as esperanças postas na tecnologia podem dar bons resultados técnicos, podem fazer criar o impensável, pôr a Cinderela com sapatos de vidro, dar bons resultados na bolsa de valores, mas não trazem, por si só, desenvolvimento social, cultural, artístico. E sem isto, não há sociedade em crescimento, embora possa haver - como disso é claramente hoje exemplo o estado do nosso país - crescimento bancário, crescimento de uma classe detentora da riqueza.

O que é que isto tem a ver com literacia? Literacia, antes do mais, significa, como disse, ter a palavra viva (escrita) dentro da gente. E saber ler os sinais que, todos os dias, desafiam a nossa capacidade de ir por aqui, ou por ali, aceitar ou não aceitar o que nos dizem que é ou não é. Que isso esteja

escrito num jornal, ou ouvido na televisão (em ambos os casos, há um “texto” que se cria, tem a mesma importância). É um ponto fundamental de partida, embora não seja de chegada, pois não há desenvolvimento sem aprofundamento das aprendizagens e, para isso, o saber e sentir em escrita desenvolvida é fundamental.

Nos anos setenta, o problema estava, diziam, na alfabetização. Substitui-se depois a palavra por literacia. Agora por infoliteracia, pois o mal, uma vez que já não interessa falar em analfabetos, está nos ignorantes em informática. A mesma postura tecnológica no que diz respeito ao saber em geral e ao saber e fazer de cada um em particular.

Não estou a negar a importância de nada. Estou apenas a dizer que é nada colocar tudo em tão pouco, mesmo que esse pouco já seja complexo que chegue.

Por isso, a importância, por exemplo, do livro situa-se num outro patamar que não é apenas o do não acesso porque não se sabe ler. Podemos saber ler as palavras que lá estão e não lhes compreender o sentido total. Não compreender por que estão a ser ali usadas, que códigos implícitos de âmbito cultural ou científico as alimentam. E isto é pior do que olhar para uma palavra que nunca se ouviu ou leu.

Reduzir o conhecimento a mera informação, reduzir a informação a um mero conteúdo comunicacional é nivelar por baixo os patrimónios basilares ao crescimento humano. É como ter e não haver. Como ser e não ser - a questão é, de facto, mesmo essa.

Um dos nossos maiores criadores, em termos musicais (deixemos os termos popular e erudito de lado, neste momento), foi Zeca Afonso. Pouco sabia de música escrita. Mas tinha uma palavra-música dentro de si, engrandecida por uma mente inquieta, sempre em busca dessa outra coisa - a que é linda.

Parece que não estou a falar de literacia, não é? Mas estou. É porque a palavra viva é antes de mais oral, que antes de uma criança, de um adulto, ter informação gramatical, têm informação sonora sobre a frase: antes de saber se está bem ou não está a frase escrita, sabe que a construção “não lhe soa bem”. Sabe, se desde pequeno ouvir falar (e já agora cantar) em bom português, melhor, num português sonoro e artisticamente desenvolvido.

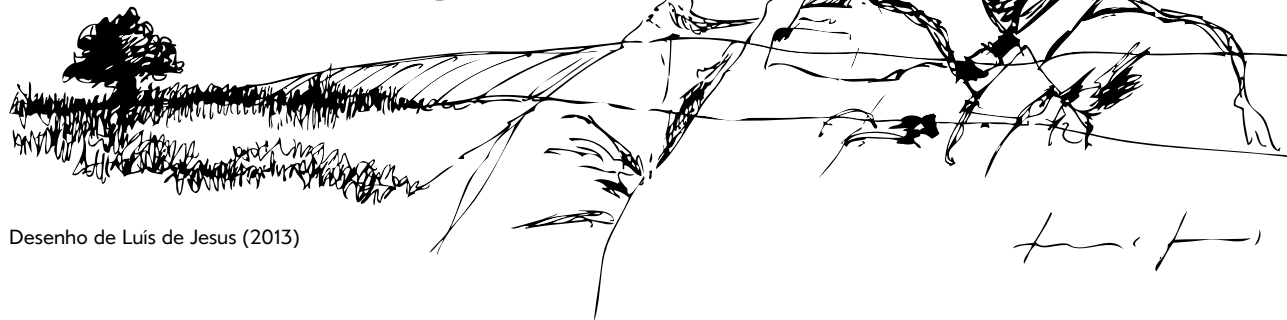
Gostava de acabar lembrando que as crianças são a única minoria que será a maioria de futuro. O que lhes é dado, para que criem “o ouvido” para a língua portuguesa, antes mesmo de iniciarem a aprendizagem da escrita? Muito pouco, em termos de qualidade. Basta ouvir o que lhes é dado no audiovisual para crianças neste momento, parte fundamental das suas primeiras relações culturais com a sua língua.

Se tudo o que foi dito ajudou algum pai a ter um sentido crítico maior sobre o que está a dar às suas crianças como ato de escuta da palavra, através da qual ela também ama e se emociona, já valeu a pena ter escrito... estas palavras, bem vivas dentro de mim. ■

OS NOVOS ESCRAVOS A ILITERACIA COMO ESTRATÉGIA DE OPRESSÃO

João Madureira

[Animador Cultural desde há 43 anos; Fundador do Centro Cultural Popular Bento de Jesus Caraça (1975); Fundador da Confraria do Pão (Alentejo) de que foi Presidente – 1999/2002 e 2004/2010; Médico aposentado, com Formação complementar em Nutrição e Alimentação Humana; Professor Efetivo de Biologia e Saúde durante 24 anos, desde 1996 em Licença Sem Vencimento de Longa Duração.]



Desenho de Luís de Jesus (2013)

Não me escapas, sentenciou o Camilo ao renovar o pedido para que aceitasse escrever este artigo sobre literacia e iliteracia, analfabetismo e alfabetização, enfim, cultura popular e desenvolvimento rural sustentável.

Partindo do Camilo, no qual reconheço a condição de doutorado como alfabetizador dos oprimidos, mais não posso do que tentar cumprir a tarefa. Difícil, muito difícil, tanto como aliciante, já que “esta” reflexão tem preenchido o meu viver desde que, logo no início da década de 70 do século passado, nos embrenhámos na anti-psiquiatria¹ e embriagámos com a “educação para a liberdade” e a “pedagogia dos oprimidos” de Paulo Freire². Até hoje!

¹ Movimento crítico da Psiquiatria tradicional que acusava de pilar do poder na repressão. Surgiu na década de 60 e até finais dos anos 70 teve adeptos sobretudo no Reino Unido, em França e na Itália, tendo inspirado algumas mudanças significativas na Psiquiatria.

² Paulo Freire (1921-1997) foi um dos maiores e mais significativos pedagogos do século XX. Com o seu princípio do diálogo, ensinou um novo caminho para a relação entre professores e alunos. As suas ideias influenciaram e influenciam os processos democráticos por todo o mundo. Foi o pedagogo dos oprimidos e na sua obra transmitiu a pedagogia da esperança. Influuiu nas novas ideias libertadoras na América Latina e na teologia da libertação, bem como nas renovações pedagógicas europeias e africanas.

Volto ao Camilo para deixar dito que a condição que atrás lhe aponte tem sido o fio condutor de toda a sua vida de intensa atividade social, política e cultural, permitindo-me refletir – ou melhor, suspeitar – das virtudes da formação autodidata em interação ou facilitada com uma prática preñe e diversificada quando comparada com a nossa (formação superior em biologia, medicina e psicologia).

Não se cruzou com Paulo Freire, mas sinto no seu viver de “pedagogo a tempo inteiro” muito do perfume que aquele espalhou no mundo, sobretudo na América Latina. Como exemplarmente ficou demonstrado nas Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica levadas a efeito pelo MFA nos idos anos de 74 e 75, na sequência das Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária ocorridas no Verão de 74³

Feita esta introdução/declaração de interesses, que limita o âmbito do que se segue, mãos à obra!

³ As Campanhas de Alfabetização do Verão de 74 foram organizadas pelas três Academias do País, sob o controlo da Pró-Unep (União Nacional dos Estudantes Portugueses). Fomos um dos seus obreiros na qualidade de representante da Academia de Coimbra (o autor deste texto na qualidade de eleito, o único aliás, os restantes elementos foram nomeados...), tendo integrado também a Comissão Técnica, na qual trabalhámos estreitamente com o Professor Lindley Cintra.

O direito à educação – pelo menos a básica – é pacificamente aceite por todas as correntes ideológicas contemporâneas. Num mundo em que cada vez mais se pressente o domínio absoluto de um grupo muito reduzido de banqueiros, magnatas e seus acólitos, esta unanimidade faz desconfiar. A cultura e o conhecimento facilitados pela educação não são, à partida, aliados da opressão e condicionamento humanos. Há, pois, que tentar aprofundar a abordagem...

É sabido que alguns dos nossos reis eram analfabetos, deixando assim ilustrado esse período da história em que nesta região do mundo o conhecimento das artes, e sobretudo das letras, era exclusivamente ministrado nos conventos. Aliás, a Universidade de Coimbra, das mais antigas da Europa, data de finais do século XIII.

A instituição Escola, já com as portas abertas para “todos”, só surgiria com a industrialização, aparentemente como “direito social”, mas efetivamente resultante da necessidade primeira de depósito das jovens crianças filhos dos e das operárias, então essenciais como mão-de-obra.

E à medida que se tornou necessária a especialização a função “educativa” da escola foi crescendo, ainda que marcando o passo sempre que ditadores salazarentos chegavam ao poder e pregavam os três mandamentos do saber escolar: ler, contar e rezar.

Aliás, de direito inculcado como reivindicação fundamental, passou a dever – educação obrigatória – aparentemente como conquista social.

A verdade, porém, é que nunca a Escola Pública (e até as suas variantes privadas) integraram nos seus currículos os outros saberes, transmitidos e refinados através dos séculos por analfabetos que demonstraram que a sua incapacidade de ler e escrever os não impedia de se assumirem com absoluta consciência reflexiva, de que é exemplo ilustrativo a poesia popular, nomeadamente a alentejana, em que nos deparamos com verdadeiras e profundas teses e sínteses filosóficas produzidas por analfabetos. Exemplifiquemos,

PODE SER OU PODE NÃO SER
OU SERÁ OU NÃO SERÁ
PODE VIR OU PODE NÃO VIR
OU VIRÁ OU NÃO VIRÁ.

Mote da autoria de João Ribeiro, nos finais do século XIX, o qual não conhecendo uma letra o glosou notavelmente e o transmitiu oralmente a seus filhos Joaquim (da Loiça) e Valdomero, falecidos no início deste milénio, também analfabetos.

Ou este outro do Poeta, também repentista, Ti Serafim Martins Batista, que não sabia ler nem escrever, ditado em Março de 1981, quando já tinha 82 anos, como desafio a outro repentista, que veio a ser glosado profundamente por inúmeros poetas, alguns deles analfabetos:

QUERO E NÃO POSSO ESQUECER-TE
DEVO ODIAR-TE MAS NÃO QUERO

SINTO PERDER-ME EM PERDER-TE
NÃO TENHO ESPERANÇAS MAS ESPERO

E ainda este, de Jaime Velez (o Manta Branca), falecido em 1955, determinado pela arrogância autoritária do patrão latifundiário, que se banqueteara com convidados.

NÃO VEJO SENÃO CANALHA
DE BANQUETE PRA BANQUETE
QUEM PRODUZ E QUEM TRABALHA
COME AÇORDAS SEM AZETE

Que glosou de imediato com a filosofia e a dignidade só possível a um assalariado rural alentejano, acabado de trabalhar mais uma semana de seis dias... de sol a sol.

Julgamos ser suficiente para demonstrar o pensamento crítico e as competências analíticas dos analfabetos do mundo rural, capacidades tantas vezes ausentes de tantos e tantos... académicos!

Aqui chegados, volto ao Camilo, lembrando Ivan Illich⁴ e a sua ingenuidade. Estou convicto de que a sabedoria dele, Camilo, tenha sido construída em «redes de saber»⁵ semelhantes às propostas por aquele, em alternativa à Escola:

- Os que desejam partilhar os seus conhecimentos devem poder encontrar todas as outras pessoas que pretendam adquirir-los ou trocá-los;

- Os portadores de ideias novas, que estejam prontos a enfrentar a opinião pública, devem poder fazer-se ouvir.

Posso, assim, melhor suspeitar da vantagem da não-forma(ta)ção académica...

E aproveito a deixa para trazer à função outro Camilo (Torres) e Alípio de Freitas, ambos padres contemporâneos de Paulo Freire, *com quem percorreram* a primeira parte de uma caminhada de esperança (a educação para a liberdade).

⁴ (1926-2002). No seu livro «Une société sans école», Seuil, Paris, 1971, traduzido em português «Educação sem Escola?» (Editorial Teorema, 1974), Ivan Illich faz uma análise crítica das instituições educativas atuais e das suas características e propõe a criação de um sistema alternativo que rebata a figura da escola na de uma aprendizagem não enquadrada institucionalmente. Segundo Illich, o atual sistema educativo converteu-se num sistema burocrático, hierarquizado e manipulador, tendo como função primordial a reprodução e o controlo das relações económicas.

⁵ As «redes de saber» pretendem ser a alternativa que despirá a instituição escolar do seu poder, uma vez que suprimiria a autoridade baseada no monopólio do conhecimento, as notas ou qualquer outra forma de medida, os programas preestabelecidos, a progressão interminável no mundo dos diplomas, etc. A sua criação implicaria, segundo Illich, a desagregação de um poder centrado numa informação prestigiosa e a sua substituição pela descentralização e pela espontaneidade.

de⁶) mas cuja pedagogia dos oprimidos⁷ os levaria a ambos, de armas na mão na sua luta pelo direito à dignidade dos esfarrapados de Paulo Freire⁸ às masmorras do poder, no caso de Alípio Freitas⁹, e à morte, no caso de Camilo Torres.¹⁰

Outros tempos, dirão, afinando pelo diapasão do poder que promove a iliteracia como pedra angular do condicionamento da democracia. Mas...

Cada vez mais se confirmam como credíveis as denúncias que Daniel Estulin¹¹ vem fazendo desde 2005: «os senhores do mundo conseguiram baixar o coeficiente mental da população, graças sobretudo à redução da qualidade do ensino planeada e executada há anos pelo Clube (de Bildeberg)¹². Senhores que bem sabem que «quanto menor for o nível intelectual dos indivíduos, menor será a capacidade de resistência ao sistema imposto». Pelo que, para o conseguirem, «não só manipularam as escolas e as empresas, como se apoiaram (num primeiro tempo, agora na net) na sua arma mais letal – a televisão e os seus programas de lixo para afastar a população de situações estimulantes e, desse modo, conseguirem adormecê-la».

Ou seja, face às elaboradas estratégias de formatação do conhecimento e de condicionamento das consciências, é caso para nos interrogarmos como responderiam hoje homens com a formação, também cristã, de Paulo Freire, Ivan Illich, mesmo Camilo Torres e Alípio de Freitas, bem como todos os que deram sentido à Teologia da Libertação...

Na verdade, não podemos construir o presente que nos permitirá a esperança de um futuro em que o conhecimento e a cultura possam ser alicerces da realização do Homem,

⁶ Paulo Freire, *L'education: pratique de la liberté*, Le Cerf, 1971, traduzido em português «Uma educação para a liberdade» (publicações escorpião, 1972)

⁷ Paulo Freire, edição portuguesa da Afrontamento, 1972

⁸ «Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam» (Dedicatória de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*).

⁹ Nasceu em Vinhais em 1929, foi sacerdote católico no Brasil, onde a partir de 1966, já em rutura com a hierarquia católica, desenvolveu intensa atividade política junto do movimento camponês, sendo preso em 1970 e libertado em 1979. Depois de ter vivido em Moçambique, regressou a Portugal onde atualmente continua envolvido em diversos movimentos sociais e associações cívicas.

¹⁰ (1926-1966). Padre colombiano, mais tarde professor universitário e fundador da primeira Faculdade de Sociologia da América Latina. Um dos obreiros da Teologia da Libertação. Posteriormente abandonou a sua condição de professor e veio a ingressar no movimento guerrilheiro (ELN), tendo morrido na primeira experiência de combate.

¹¹ Jornalista de investigação e escritor especializado no Clube de Bildeberg, que tem vindo a denunciar o que entende ser a estratégia de «escravidão absoluta» que os seus mentores prosseguem.

¹² De acordo com o referido jornalista, entre os (tenebrosos) planos do Clube de Bildeberg, conta-se o «assumir o controlo da educação com o objetivo de a destruir»... desejando exercer, através dela, «um maior controlo sobre os carneiros confiantes do mundo». Mais referindo que «os seus esforços estão a dar frutos fantásticos» uma vez que, refere ainda, «a juventude atual ignora completamente as lições da História, as liberdades individuais e o significado da liberdade. Para os globalistas, torna-se mais fácil lutar contra um adversário sem princípios.»



deitando borda fora do nosso barco do viver o património do Saber, de todos os Saberes, que a Humanidade laboriosamente veio construindo desde que os nossos primos desceram das árvores para, de forma melódica e harmoniosa, melhor dialogarem com a mãe Natureza.

Vai sendo tempo de claramente demonstrar respeito pelo(s) Saber(es) Popular(es), o mesmo é dizer que deverá ser dada voz aos detentores desses saberes, integrando-os, com poder, em toda e qualquer estratégia de «desenvolvimento rural sustentável», em vez de os «mostrar» como «objetos» e ativamente promover a sua aculturação, valorizando através «do tempo de antena» os que melhor se demonstrem docilmente integrados no sistema «educativo» dos opressores.

E à promoção sofisticada da iliteracia pelos opressores, teremos, pois, que responder com (novas) pedagogias para oprimidos. Em (novos) contextos educacionais que sejam construídos com os alicerces dos Saberes, de todos os Saberes, das regiões onde se desenrolam.

Claro que a tomada de consciência atual - conscientização, no dizer de Paulo Freire - terá de conseguir chegar também ao coração - e à razão restante - dos formatados pela tecnocracia dominante, cada vez mais aliada dos inimigos da democracia.

Só depois, humilde e firmemente, será possível desformatá-los e, juntos e em interação, retomarmos os caminhos do conhecimento e da cultura que darão sentido ao *Homo Sapiens*. Porque, se o não conseguirmos, como prevê o meu companheiro Godinho, restar-nos-ia dar nova oportunidade aos símios, muito mais próximos dos nossos direitos do que os atuais senhores do universo e seus acólitos de todas as cores e credos, promotores do obscurantismo, em grande parte do mundo negando o direito à formação básica, na outra, dita civilizada, promovendo a iliteracia e a formação dócil das mentes.

Acreditamos que, com muita persistência e outro tanto de clarividência, haveremos de saber resistir e, despojados das arrogâncias doutorais, irmanados com os deserdados, retomaremos a caminhada que nos há-de conduzir à plena realização como *homo sapiens*. ■

Uma das grandes vantagens da leitura e da escrita é a de poderem permanecer vivas depois da morte dos seus autores.

LEITURAS ESSENCIAIS

UM “ARCAZ” DE PRECIOSAS VELHARIAS
(arcaz, arca grande)

Para melhor compreendermos quem somos, consultemos alguns dos textos essenciais existentes.

Na excelente biblioteca de Castelo Branco, recomendamos:

ETNOGRAFIA – 10 vls

José Leite de Vasconcellos (1858 – 1941), publicados entre 1933 – 1988

ETNOGRAFIA DA BEIRA - (10 vls. + 1 índice)

Jaime Lopes Dias (1890 – 1977), publicados entre 1926 – 1969, com algumas reedições...

Notas e reflexões por José Rabaça Gaspar...



(1933 – 1988)

Em vez de me pôr para aqui a dissertar sobre teorias minhas e passar por estar a “meter a foice em seara alheia”, pois também se costuma dizer “quem sabe do convento é quem lá está dentro”; para falar de iliteracia e da importância fundamental que LITERACIA, o CONHECIMENTO da realidade popular tem ou deveria ter para um sólido, enraizado e profundo DESENVOLVIMENTO, nada melhor do que recorrer à SABEDORIA dos MESTRES e desafiar cada terra, cada aldeia, cada freguesia, cada bairro, cada escola dos mais diversos níveis a RECOLHEREM, ESTUDAREM, CONHECEREM e DIVULGAREM os USOS e COSTUMES da sua terra, para que os valores culturais identitários de um povo estejam presentes nas decisões dos que têm a responsabilidade de decidir nas mais diversas áreas da res/pública.

Este estudo, com exame obrigatório e provas no terreno, devia passar a ser exigido a todas as pessoas, em especial aos que se querem colocar ao serviço público, quer seja na política quer seja no ensino ou animação cultural...

Assim sugerirmos a leitura e uma obra fundamental sobre a Beira Baixa do Dr. Jaime Lopes Dias, apresentada pelo grande MESTRE: José Leite de Vasconcellos e que cada povo deveria atualizar, recolhendo, organizando, publicando... divulgando ao longo das gerações...

ETNOGRAFIA PORTUGUESA

José Leite de Vasconcellos (1858 – 1941)



Decorreu no ano de (2000) a **Comemoração dos 150 Anos do Nascimento do Doutor José Leite de Vasconcellos** [n. 7 de Julho de 1858]. Com uma extensa e notável obra, que vai da Filologia à Arqueologia, da Literatura à Etnografia, peças únicas da cultura portuguesa – além de diversos e raros opúsculos, publicou *As Religiões da Lusitânia* (1897) e, principalmente, a *Etnografia Portuguesa*. O Doutor Leite de Vasconcellos foi também o criador do *Museu Etnográfico Português* (1893) e o fundador da importante e valiosa revista “*O Arqueólogo Português*”.

In - http://arepublicano.blogspot.pt/2008_11_01_archive.html



O Dr. Jaime Lopes Dias, nascido em 25 de Outubro de 1890, em Vale de Lobo, e concluída a formatura em Direito na Universidade de Coimbra, em 28 de Julho de 1912, iniciou a sua atividade na função pública como oficial no Registo Civil de Penamacor, cargo que exerce até Janeiro de 1914.

Para além de outros cargos, desempenhou nomeadamente os de vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Juiz presidente do Tribunal de Desastres no Trabalho de Castelo Branco, adjunto do Diretor-Geral da Administração Pública e Civil do Ministério do Interior, e vogal do Conselho do Cadastro do Instituto Geográfico e Cadastral, como representante do Ministério do Interior.

Pertenceu a diversas associações científicas, literárias, artísticas, regionalistas e benéficas, nacionais e estrangeiras, contando-se, entre as primeiras, a de sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, e da Associação dos Arqueólogos Portugueses. E, entre as segundas, a de membro titular da Societé de Etnologie Française. Foi, também, vice-presidente da Assembleia-Geral da Sociedade de Língua Portuguesa e da Sociedade Portuguesa de Escritores.

Entre as várias obras literárias que publicou contam-se: AS ASPIRAÇÕES DA BEIRA BAIXA e as PROPOSTAS DE UM CONGRESSISTA e ETNOGRAFIA DA BEIRA, para além de muitas outras de carácter científico, cultural e etnográfico.

Distinguido com a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa, era Comendador da Ordem de Cristo desde 1937.

Foi primeiro premiado no concurso de monografias sobre o trabalho rural, aberto pelo Ministério da Agricultura e recebeu diversos louvores pela ação que desempenhou em diversas organizações.

Teve o Dr. Lopes Dias uma vasta ação no sector da Imprensa, colaborando em grande número de Jornais e Revistas. Neste âmbito, fundou e dirigiu O POVO DA IDANHA, de Idanha-a-Nova, e A PROVÍNCIA de Castelo Branco. Em 1932 foi cronista do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, na Beira Baixa.

(in: <http://senhorapovoa.com.sapo.pt/Jaime.htm>)



José Rabaça Gaspar (1938), de Manteigas; aposentado de professor de Língua e Literatura Portuguesa, dedicando, desde sempre, muito tempo à investigação, recolha e estudo dos valores culturais das regiões por onde a sua vida o levou, nas suas andanças de andarilho incorrigível, sem esquecer, antes cultivando sempre, as suas próprias raízes...

Conseguiu a publicação de alguns trabalhos das centenas que tem realizado, na sua maioria agora à disposição do público em formato virtual, mas acessível a todos os interessados, com mais de 100 consultas, por exemplo nos trabalhos divulgados em SCRIBD (o Youtube dos mais discretos...)

Pode ver em:

http://pt.scribd.com/jose_gaspar_23;

http://pt.scribd.com/jos%C3%A9_gaspar_35.

Uma pequena mostra pode ser vista numa 'Bibliografia ilustrada':

<http://pt.scribd.com/doc/216627208/Manteigas-Jose-Rabaca-Gaspar-Bibliografia-Ilustrada-2014-04>

BALANÇA DA LITERACIA

Manuel Lopes Marcelo

[Nasceu a 20 de Junho de 1949, em Aranhas, concelho de Penamacor.

Com a licenciatura em Economia do ISCEF, em 1974, regressou a Castelo Branco como professor do ensino secundário. Coordenou várias equipas de alunos, promovendo o estudo das condições de vida na região e publicou em 1976 o livro: Estudo económico e social do Distrito de Castelo Branco.

Na sequência de experiência empresarial e da administração pública (Diretor de Serviços da Direção Regional de Agricultura da Beira Interior), iniciou por concurso em 1980 a atividade profissional de Diretor Regional do IFADAP na Beira Interior que manteve até à aposentação muito recente. Em 1983, iniciou a atividade docente na Universidade da Beira Interior até 1985, ano em que assumiu a docência no Instituto Politécnico de Castelo Branco, sobretudo na Escola Superior Agrária mas, também, na Escola Superior de Gestão e na Escola Superior de Educação que manteve até recentemente.

Dando continuação aos estudos regionais, em 1981, publicou o livro: O Distrito de Castelo Branco na perspetiva do desenvolvimento regional e reforço do poder local. Em parceria com o Professor Marques Mendes da UBI, em 1984, publicou: Beira Interior - uma região viável (edição do Jornal do Fundão).

Em 1986, publicou: Aranhas - Ontem e hoje, monografia da evolução histórica, sócio-económica, cultura e usos e costumes (edição da Liga de Amigos da Freguesia de Aranhas). Fruto de vários anos de pesquisa na região, publicou em 1993: Beira Baixa - A memória e o olhar (Editorial Presença) que representa a revisitação da matriz histórica e da identidade cultural da nossa gente. Em 1999, publicou: Moinhos da Baságueda - Comunidades rurais, saberes e afetos (edição da Alma Azul). Em 2002, iniciou a publicação da Coleção «A nossa terra e a nossa gente» já com as obras: O ciclo da pecuária (2002); Os moinhos, a moenda e o moleiro: enquadramento histórico e etnográfico (2009) e Bailado de sonho - As voltas do linho (2011).

Em 2002/3, coordenou o Grupo de Trabalho de âmbito regional proposto pelo Governo Civil e que deu origem ao livro: Beira Baixa, que futuro?- Uma abordagem territorial e empresarial.

Em 2006, organizou em colaboração com a ADRACES o livro: Cozinhados Lembrados - Tradições Gastronómicas da Beira Baixa (Penamacor).

Pelo envolvimento associativo, atividade cultural e variada colaboração em jornais e revistas regionais, o seu percurso de vida e produção literária nas áreas do teatro e da poesia, evidenciam que é o território da Beira Baixa e a sua matriz cultural que tem procurado estudar, divulgar e valorizar.]





1

INTRODUÇÃO

Este tema da nossa Revista VIVER constitui uma controversa vereda pela qual vou tentar equilibrar-me aventurando-me numa reflexão que poderá ser positivo partilhar.

Desde logo, assim na forma interrogativa: «*Sem literacia e conhecimento, como viver melhor?*», parece-me que a resposta só poderá ser negativa! Ou seja, a hipótese da falta de literacia e de conhecimento ser positivo, não faz sentido! De facto, este substantivo é usado mais na negativa, ou seja iliteracia: que a nossa população tem um alto grau de iliteracia (até mesmo entre os mais jovens), o que a limita muito no ser autónoma, em ser capaz de questionar, de reflectir e de se expressar, de entender os outros e o mundo que a rodeia...

2

O que significa. Procurando o esclarecimento do conteúdo significativa desta palavra esquisita, recorro ao gesto habitual e gostoso da minha oficina de escrita: consultar o Dicionário. Pois bem, no Dicionário Complementar da Língua Portuguesa de Augusto Moreno (5ª edição melhorada - 1948), tal palavra não consta! Recorro ao Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (da Academia de Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001) e lá consta: **Literacia** - *capacidade de ler e escrever, e condição ou estado de pessoa instruída*. Então, parece ser sinónimo de instrução e alguma luz se faz!

E não é pouca, já que julgo saber que foi **Alexandre Herculano** que afirmou: existir mais luz no alfabeto do que em todas as estrelas do firmamento juntas! Mas a lâmpada, embora acesa, é ainda de luz trémula. Ou seja, quem não sabe ler e escrever porque não teve oportunidade ou condições para aprender, não sendo instruído, é inculto? Não poderão tais pessoas ter capacidades e conhecimentos de outros tantos alfabetos funcionais do **saber-fazer, de saber-ver, de saber-ouvir, de saber-sentir, de saber-gostar, de saber-demonstrar e transmitir?** A minha profunda convicção por experiência cultural genuína e por leitura e interpretação da história da evolução da civilização humana é afirmativa. Sim, há muita e genuína cultura em tais saberes populares! São múltiplos os alfabetos da expressão multiforme e multicolor do extraordinário mosaico da expressão vital da condição humana, no seu infinito engenho e arte, capacidade de adaptação e de invenção. Nem, o aspecto essencial será o tipo de alfabeto em que nos exprimimos mas, e sobretudo, a dedicação e a capacidade. Não tanto o saber ler e escrever, como expressão de identificar e nomear os símbolos convencionais das letras e seu agrupamento nas palavras e estas em texto. Mas, fundamentalmente, a capacidade, a curiosidade, o gosto e o empenhamento, a atitude e o sentimento de cada pessoa se entender e se expressar, de se ler, questionar e escrever, e de interpretar as relações com os outros e o mundo que a rodeia. Assim, continua a ser mais essencial a capacidade e a vontade de aprender ao longo da vida e de se interessar por conhecer e por entender, quer para si e consigo próprio, quer na relação com os outros.

DA LITERACIA PARA OS MEDIA

Pedro Berhan da Costa

[Pedro Berhan da Costa, Advogado, nascido no Porto, em 29 de Junho de 1959.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, de Lisboa (curso de 1976-1982).

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1985 (atualmente com a inscrição suspensa, por exercer função incompatível com a advocacia).

Jornalista na Rádio Renascença (1981-1982) e colaborador na área da política internacional da mesma RR, até 1983.

Vogal do conselho diretivo do Instituto Florestal, integrado no Ministério da Agricultura, de maio de 1993 a maio de 1995.

Vice-presidente da Direção do IPACA - Instituto Português das Artes Cinematográficas e do Audiovisual, integrado no Ministério da Cultura, de dezembro de 1995 a dezembro de 1998.

Vice-presidente da Direção do ICAM - Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, integrado no Ministério da Cultura, de dezembro de 1998 a abril de 1999.

Presidente da Direção do ICAM, de abril de 1999 a novembro de 2002;

Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, de Novembro de 2008 até ao presente.

Intervenção e colaboração em vários trabalhos legislativos designadamente nas áreas das florestas, do cinema, do audiovisual, do multimédia e da comunicação social.



Atividades profissionais:

Advogado;

Assessor jurídico principal da Autoridade Florestal Nacional, desde 1986 (tendo também exercido funções no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e na ex-Auditoria Jurídica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas);

Docente da disciplina Políticas e legislação do Cinema e Audiovisual, no curso de cinema da ESTC - Escola Superior de Teatro e Cinema (ininterruptamente, desde o ano letivo de 1999-2000 até ao presente).]

LITERACIA



Lendo o Editorial do número de Março desta publicação trimestral intitulado *Causas para Viver*, em que o Diretor António Realinho torna claros os propósitos que o movem na edição da Revista enquanto projeto dedicado a contribuir para o “... desenvolvimento da inteligência, do conhecimento e dos comportamentos cívicos e solidários dos homens e mulheres da Beira Baixa”, desde logo se percebe que a designação dada ao “GRANDE TEMA” do presente número - “SEM LITERACIA E CONHECIMENTO, COMO VIVER MELHOR?” - constitui, em si mesmo, um irónico exercício de estilo ou mesmo uma provocação ao leitor.

Com efeito, não se vive melhor quando a iliteracia nos impede de aceder ao conhecimento e nos atrofia a compreensão e a interação com o mundo que nos rodeia.

Trata-se mesmo de um *deficit* de tal forma incapacitante que compromete a fruição dos direitos básicos e o cumprimento dos deveres fundamentais inerentes a um exercício crítico e pleno da cidadania.

Embora me tenham dirigido o convite enquanto docente do curso de Cinema da Escola Superior de Teatro e Cinema, penso que será mais proveitoso basear o meu contributo no trabalho que o Departamento de Estado que dirijo, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), tem vindo a desenvolver nos últimos anos em prol do incremento e da consolidação dos níveis de literacia, em especial da *Literacia para os Media*.

Para uma melhor compreensão deste tipo de literacia, importa defini-la como o domínio de conhecimentos, competências e capacidades habilitadores do acesso, uso significativo e crítico da informação e dos media, nomeadamente das novas plataformas digitais, quer como utilizadores quer enquanto produtores e criadores.

Tal domínio implica:

- Saber procurar, guardar, arrumar, partilhar, citar, tratar e avaliar a informação pertinente, atentando também à credibilidade das fontes;
- Compreender criticamente os *media* e a mensagem mediática, no sentido de perceber quem produz, o quê, porquê, para quê, por que meios;
- Expressar e comunicar ideias através do uso criativo e responsável dos media, exercendo uma participação cívica eficaz.

Estamos, pois, perante competências que, quando existem, situam a interação *media*/indivíduo/sociedade num elevado patamar de sentido crítico, de ética e de responsabilidade, o que, a nosso ver, permite uma relação bastante estreita com o conceito de liberdade.

Neste contexto e ciente de que a união de esforços entre entidades diversas, mas com objetivos comuns em matéria de elevação e consolidação dos níveis de literacia no nosso País, só poderia favorecer a obtenção de resultados mais ambiciosos, o GMCS iniciou, em 2009, uma série de contatos destinados à criação de um grupo de reflexão e de ação – Grupo Informal de Literacia para os Media (GILM) – o qual é atualmente constituído por: Comissão Nacional da UNESCO; Conselho Nacional de Educação; Entidade Reguladora para a Comunicação Social; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Gabinete para os Meios de Comunicação Social; Rádio e Televisão de Portugal; Rede de Bibliotecas Escolares; Universidade do Minho - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade; Dra. Maria Emília Brederode Santos, a título individual, e Dra. Teresa Calçada, a título individual.

As iniciativas que têm vindo a ser realizadas, quer no âmbito do GILM quer no quadro do Plano de Atividades do GMCS enquanto organismo com identidade própria, atingem já uma relevância significativa.

De forma sucinta, na tentativa de que me leiam até ao fim, passo a identificar alguns dos projetos e iniciativas mais marcantes desenvolvidos nesta caminhada de quatro anos:

2010

Encontro com os principais atores nacionais no domínio da literacia para os media, no Auditório do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o recenseamento dos principais projetos em curso ou desenvolvidos até à data em Portugal;

Lançamento do Portal da Literacia Mediática (<http://www.literaciamediatica.pt/>);

2011

Organização do Congresso Nacional sobre Literacia, Media e Cidadania, na Universidade do Minho, (Braga, 2011) do qual saiu a Declaração de Braga, um documento orientador da ação a desenvolver em Portugal em matéria de Literacia para os Media (<http://literaciamediatica.pt/congresso/>);

Realização do ciclo de eventos comemorativos da liberdade de imprensa, de 3 a 26 de Maio, parceria entre o GMCS e Comissão Nacional da UNESCO: <http://www.gmcs.pt/pt/eventos/comemoracoes-da-liberdade-de-imprensa-3-26-de-maio-de-2011>;

Elaboração do Estudo “Educação para os Media em Portugal – Experiências, Atores e Contextos”;

Edição da “25+1 - Agenda de Atividades de Educação para os Media” – UM/GMCS; e

Aprovação da Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre Literacia Mediática (<http://www.literaciamediatica.pt/pt/documentos-de-referencia>);

2012

Promoção da jornada nacional “Um Dia com os Media”, em 3 de Maio, no dia dedicado pela UNESCO à Liberdade de Imprensa e de Expressão <http://www.literaciamediatica.pt/umdiacomosmedia/apresentacao>

Concurso Escolar de *slogans* “Como seria a tua vida sem os media”, parceria entre o GMCS e a Rede de Bibliotecas Escolares.

2013

Promoção, entre 3 e 9 de Maio, da 1ª edição da Operação “7 Dias com os Media” <http://www.literaciamediatica.pt/7diascomosmedia/apresentacao>

Lançamento, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e com a Direção Geral da Educação do concurso escolar “7 Dias, 7 Dicas sobre os Media” <http://www.gmcs.pt/pt/noticias/concurso-7-dias-7-dicas-sobre-os-media-ano-letivo-2013-2014>

Realização do 2.º Congresso Literacia, Media e Cidadania, em 10 e 11 de Maio, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa <http://www.literaciamediatica.pt/congresso/>

2014

Estudo-Piloto sobre os níveis de literacia para os media dos alunos do 12.º ano de escolaridade, atividade em curso, parceria Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, GMCS e Rede de Bibliotecas Escolares;

Elaboração e colocação em discussão pública do projeto de *Referencial de Educação para os Media para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*, trabalho da autoria de Sara Pereira, Manuel Pinto e Eduardo Jorge Madureira para a Direção-Geral de Educação, acessível em: [file:///C:/Users/sers/Downloads/referencial_educacao_para_os_media_consulta_publica%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/sers/Downloads/referencial_educacao_para_os_media_consulta_publica%20(2).pdf)

Promoção, entre 3 e 9 de Maio, da 2.ª edição da Operação 7 Dias com os Media, cujas iniciativas podem ser consultadas em <http://www.literaciamediatica.pt/7diascomosmedia/iniciativas-registradas>

De salientar, no âmbito desta Operação, a mais recente realização do GMCS: um Ciclo de Debates intitulado “Traz Uma Imagem Também”, cuja designação, inspirada na canção *Traz um Amigo Também*, de Zeca Afonso, pretendeu prestar homenagem aos 40 anos do 25 de Abril, de que tal canção é indissociável.

Na essência do projeto esteve a ideia de, a partir de excertos de filmes emblemáticos (ou de imagens de conteúdos audiovisuais jornalísticos ou publicitários), lançar questões e debates em torno dos *media* e da sua inquestionável influência nos diferentes planos sociais. Contámos, para o efeito, com a participação de reputados jornalistas, investigadores, políticos e líderes de opinião.■



TEM A PALAVRA

Albano Pires Marques,
68 anos

“Quero colocar
o património de
Medelim nas Rotas
Internacionais do
Judaísmo”

“... ainda houve um
decréscimo de população,
mas não muito acentuado.

Nesse espaço de tempo,
vieram 10 novas pessoas
para cá. O grande salto que
se deu é que as pessoas hoje
percebem que qualidade
de vida não é viver na

Damaia, ou na Bobadela.
Qualidade de vida é viver
em Medelim. Agora, tem de
se criar aqui condições para
viver. Condições é o quê?

É uma grande casa? Não
necessariamente. Tem é de
ter projeto de vida.”

Descreva-nos um pouco da sua vida pessoal.

Nasci em Castelo Branco. Sou engenheiro químico de formação. Começo a minha carreira na administração pública, durante poucos anos, e depois ingresso na Refinaria de Sines. Mais tarde, fui diretor da Mobiline portuguesa. Depois disso, uma empresa japonesa e a Fundação Gulbenkian convidam-me para montar uma rede de distribuição de combustíveis chamada Indemitsu. Fui ainda Diretor-Geral na Honda. Não gostei, não era a minha área. Gosto muito mais de pessoas do que de automóveis. Temos de ter humildade para entender que não somos bons em tudo, não damos para tudo, não temos capacidade para tudo, não temos gosto por tudo. Temos de ser seletivos e não correr atrás das oportunidades só porque elas significam dinheiro. É uma lição que a vida nos vai ensinando. Depois desta experiência, sou convidado pelo Comendador Joaquim Morão para administrador da Associação de Municípios Raia/Pinhal. Este é o meu percurso, quase sempre em iniciativa privada e em gestão de topo. Entro na reforma e venho viver para Medelim. Um dos sonhos da minha falecida esposa era a construção de um lar em Medelim. Eu prometi-lhe a construção do lar e construí-o, ainda antes da minha ligação à autarquia. Eu sou do tipo de pessoas que quando prometo que estou, eu estou, quando prometo que dou, eu dou. Vou e faço. E fiz. Está feito o lar. O meu percurso é o de uma pessoa inquieta, que está sempre a pensar e a magicar.

E a vida autárquica, como surge?

A minha avó era natural de Medelim. Vim para a aldeia, porque uma tia me deixou uma propriedade, e construí aqui casa. Vim, depois de toda uma vida feita em multinacionais, e posso dizer que nasceu de uma necessidade. Necessidade de um outro projeto que tinha de ser radicalmente diferente, por um gosto enorme por tudo o que é simples (não simplório). Pensei que estava na altura de pagar a esta comunidade o que já recebi dela. Eu acho que, a certa altura das nossas vidas, temos de dar mais alguma coisa do que aquilo que recebemos. Quando o Álvaro Rocha me convida para apresentar candidatura, fiquei a olhar para ele. Nunca me tinha passado pela cabeça tal ideia. Mas aceitei. O primeiro mandato foi difícil, porque não tinha muita consciência de como as pessoas se tinham tornado exigentes, onnipresentes, com direitos sobre tudo, sem preço nenhum. Os serviços públicos nada mais são do que uma espécie de amanuenses que mais não fazem do que dirigir os pedidos de cada um, de acordo com os seus interesses. Isso deu-me algum trabalho descodificar, reconhecer. Agora, vou no segundo mandato. Entendo a freguesia de Medelim como uma comunidade que precisa de definição de metas e de orientações. Não como uma área administrativa, mas como uma comunidade de pessoas. E as comunidades de pessoas têm de ser motivadas e dirigidas no sentido de agregação. Coisa que a política muitas vezes não faz - antes contribui para a desagregação. A minha principal tarefa foi a de construir pontes de contacto entre as diferentes sensibilidades. O que procuro é pegar nas pessoas de cá, dar-lhes alguma projeção, alguma capacidade de realização, e meios.

Qual o seu principal objetivo para este mandato?

Para este mandato, tenho como primordial objetivo, para além de fazer esta integração inter-grupos, tarefa que nunca acaba, desenvolver um turismo muito particular. Medelim tem uma joia chamada património. E património pressupõe valor material e valor imaterial. Eu sempre digo: “Quer vender mais cervejas? Então conserve o património, porque as pessoas só vêm cá para vê-lo”. Se não conserva o património que tem, não tem nada para mostrar. Se não tem nada para mostrar, ninguém cá vem. Medelim tem uma joia que é a Rua da Judiaria. Ainda temos cruzeiros de cristãos-novos nas ombreiras das portas, com 500 anos. Pretendo arranjar complementaridade com Belmonte, porque Belmonte precisa de trajetos mais vastos para mostrar às pessoas e nós precisamos de Belmonte para alavancar a vinda de turistas para aqui. A minha visão é a de colocar o património de Medelim nas Rotas Internacionais do Judaísmo. Se eu conseguir fazer isso, vou atrair para aqui milhares de turistas, resultando em fortes impactos por todo o concelho. Por exemplo, Idanha-a-Nova já se inclui na rota da Judiaria e eu quero



colocar Medelim dentro da estratégia de Idanha-a-Nova de potenciar o concelho para todos os fluxos turísticos ligados às comunidades judaicas. No ano passado, Belmonte foi visitada por 70 mil pessoas. E nós andamos aqui a falar em trocos. Se nós conseguirmos preservar o nosso património, criar novas condições de atratividade, preservar a Rua da Judiaria, apostar em outros projetos que já estão a ser pensados mas que ainda não podem ser divulgados, e integrar e complementar os fluxos que vão a Belmonte e fazê-los passar aqui pela nossa região, pode significar uma via estruturante, desde logo para Medelim e para o concelho.

Acredita que, com essa estratégia, consiga a fixação de mais pessoas em Medelim?

Numa primeira fase, as pessoas de cá, que ainda vêm de um paradigma anterior, tenderão a ir-se embora. Esse fluxo vai manter-se, porque enquanto não conseguirmos desenvolver projetos locais que mostrem aos jovens que aqui têm qualidade de vida (e que não é percebida como há 50 anos), com todas as comodidades e horizontes, eles sempre acabam por sair. Acredito que um projeto como este vai, numa primeira fase, trazer pessoas de fora. Depois, colocar Medelim e o concelho a alavancar a atração de fluxos turísticos vai, de facto, criar alguns postos de trabalho. Aliás, no espaço de cinco anos, temos já um restaurante novo, duas empresas de turismo internacional, temos uma unidade hoteleira nova, apoiada pela ADRACES, temos um lar novo. Só aqui já estão criados cerca de 18 a 20 postos de trabalho. Numa aldeia com 300 habitantes, é extraordinário. E eu defendo que todos os espaços públicos têm de estar, pelo menos, abertos e ao dispor da comunidade. É a complementaridade, a interpenetração com os interesses locais, é a abertura de todas as unidades que cá estão a todo o exterior. E é nisto que temos sido diferentes das outras aldeias.



Toda esta nova dinâmica empresarial já se refletiu em crescimento populacional?

De acordo com os últimos censos, ainda houve um decréscimo de população, mas não muito acentuado. Nesse espaço de tempo, vieram 10 novas pessoas para cá. O grande salto que se deu é que as pessoas hoje percebem que qualidade de vida não é viver na Damaia, ou na Bobadela. Qualidade de vida é viver em Medelim. Agora, tem de se criar aqui condições para viver. Condições é o quê? É uma grande casa? Não necessariamente. Tem é de ter projeto de vida. O problema é que nós estamos a perceber que há uma tentativa de afastamento de todos os serviços do Estado destas comunidades. É o caso do Centro de Saúde. Tínhamos médico todas as semanas, já só temos de 15 em 15 dias. Isto é claramente uma regressão. E os urbanos esquecem-se que, para uma pessoa que não tenha carta ou automóvel, não é fácil de se deslocar para ir ao médico. Há uma regra, feita por urbanos, claro, que diz que tem de haver um mínimo de habitantes para justificar um certo número de consultas. Quando se pegam em regras, importadas de outro lado, e se aplicam numa pequena comunidade, chegamos a absurdos como este. Quando se põem pessoas em Lisboa a decidir que o IRS e as obrigações fiscais têm de ser feitos pela internet, ou a dizer que toda a gente tem computador em casa, chega-se a Medelim e ainda alguém me perguntava há dias: “Ó, Sr. Presidente, nesta coisa da internet, também é preciso papéis?”. Eles estão para lá fechados em gabinetes e desconhecem totalmente a realidade deste país. E, na sua ignorância, acham que não existe mais nada. Nem merece a pena. 10 velhos? O que mais têm é de morrer. E não dar cha-

tices ao Estado. Quando se é presunçoso a este nível, os outros estão lixados. E tudo isto faz com que as pessoas acabem por sair, porque não veem futuro por estas terras. O que funciona a favor destas comunidades é o novo conceito de qualidade de vida. E temos de tentar atrair pessoas nesse sentido.

Concorda que a figura do presidente de junta é a do antigo padre, a quem todos recorrem na busca de conforto ou de solução para algum problema?

Concordo. Nunca tinha pensado nisso nesses moldes, mas, de facto, assim é. O que é que fazia o padre? O padre era a figura influente numa comunidade e, pela sua influência, conseguia ligar as pontas dos problemas e resolvê-los. O que faz hoje um presidente de junta é bastante isso. O presidente de junta, pela sua posição junto da Administração, resolve de uma forma muito fácil e imediata muitos pequenos problemas que, sem a sua atuação, levariam muito tempo a resolver. Um telefonema basta. A indicação da pessoa certa resolve. O conhecimento do tecido empresarial local facilita. De facto, o presidente de junta é hoje o facilitador da resolução de problemas da comunidade local. Ser presidente de junta ou autarca dá trabalho, é exigente, abarca muita exposição à crítica, coloca até a própria vida em risco. Portanto, é um trabalho de grande mérito. Todos gastamos dinheiro do nosso bolso e ainda estamos sujeitos a que nos destruam o trabalho já feito. Tenho um grande apreço pelos pequenos autarcas, que com pouco às vezes fazem tanto. 275 euros mensais? Pagamos para trabalhar, não tenham dúvidas.■

VIVER EM MUNDO RURAL

ALCAFOZES

Há quem pense que VIVER em zonas rurais, como na aldeia de Alcafozes, significa desertificação, solidão, falta de serviços, entre outras coisas.

Mas, ao percorrer estes “caminhos rurais” da BIS, encontramos verdadeiras riquezas e percebemos que VIVER nestes locais, longe de toda a confusão urbana, afinal tem as suas vantagens. Depois de conversar e vivenciar alguns momentos com estas pessoas que moram nestas terras há muitos anos, percebemos que afinal “escondemos” algo muito mais valioso. **Esse algo** chama-se Qualidade de

Vida, desconhecida por muitos e não aproveitada por outros. Como alguém diz “ainda bem que *os Urbanos* que nos governam ainda não descobriram a qualidade de vida que há por aqui, caso contrário já não seria a mesma”.

Estes rostos e expressões da BIS são exemplo disso, felizes e apaixonados pela terra que os viu nascer, contam histórias dos tempos que andavam por lá e por cá, mas sempre com vontade de um dia regressar e poder aproveitar o que a BIS tinha de bom para lhes dar.

da esquerda para a direita, de cima para baixo Maria Carolina Pereira; Manuel Pires Ferreira; José Antonio Frade; José Antunes Cadeireiro; Antonio Peixoto; Ilda Carreira



COXERRO

De vários tons e matizes se faz um dia na Beira Interior Sul. As nuvens de algodão esvaziaram-se de sonhos e deram lugar a nimbos escuros de conformismo que se desfarão em pranto. Pelos que partem. Uns no fôlego da esperançosa bem-aventurança. Outros no suspiro último que os devolve à terra. A luz é cada vez mais rara por estas paragens. O sol apenas desponta para iluminar o caminho da terra. Poucos o vêem. A vêem. À terra, essa que nos dá vida, alimenta e cria. E que os filhos condenam ao abandono, numa espécie de matricídio.

Os jovens estão de partida. Numa mão levam um raio de sol, de cega felicidade, na outra a navalha com que cortam o cordão umbilical da terra que os pariu. “Não há futuro”, dizem. Futuro não há para os que não tentam. Não experimentam. Não arriscam. Não fazem. Não querem fazer, iludidos que estão das vãs promessas que se vivem a ocidente. Vós, que partis a galope no dorso de quimeras dissolventes, saibam que o sonho continua aqui. Devolvam-nos o sol. Devolvam-nos a luz. Devolvam-se.

da esquerda para a direita, de cima para baixo Cláudio Jorge Cunha; Leonor das Neves; Maria das Neves; Joaquim Luís

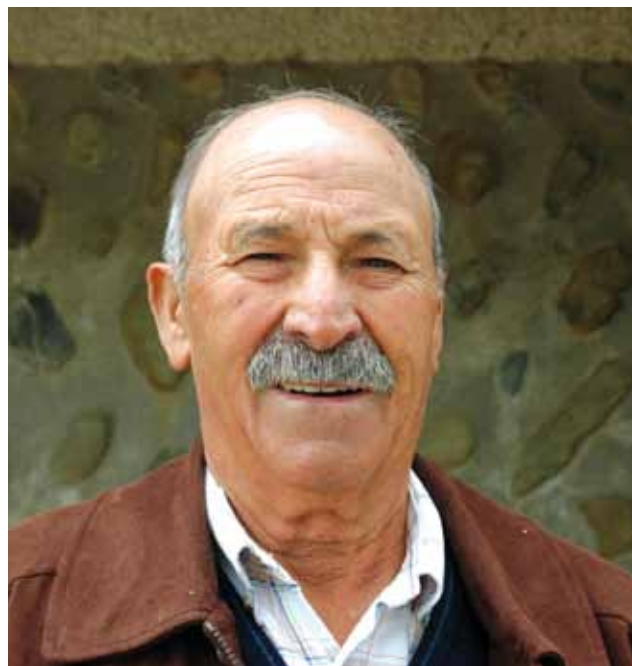


SOPEGAL E VAL DAS OVELHAS

Há os livros que são livros. Aqueles que se folheiam para nos contar das sabedorias alheias. Aqueles que nos ensinam pela experiência da terceira pessoa. Aqueles que nos afunilam caminhos e nos dizem por onde ir. E somos tradutores de vidas escritas, na ingloria esperança de descobrir o nosso pequeno grão de areia no sapato. Depois, há os livros que andam, dois pequenos pés que caminham, que se escrevem ao segundo, ao compasso da incomensurabilidade do tempo. Porque o tempo é feito assim. Porque o Homem é feito assim. De itinerância e busca. Do caminho que se faz, fazendo. Do que encontramos e de quem encon-

tramos enquanto o percorremos, na inalienável condição de solitude que nos habita. É suor. É sangue. É dor. Desengane-se quem julga que poderá viver só de primaveras. O caminho é primavera, verão, outono e inverno. A roda descobre-se a cada nova estação. E temos de nos reinventar a cada estação. Urge reinventarmo-nos. E fazermos a nossa história. A de cada um. Empunhar a espada, espantar o medo, e correr desbravando caminho. Para que a mudança aconteça. Para que a história aconteça. Sejamos a história que queremos ver, primeiro, na BIS. Depois, no mundo. Por fim, em livro. E que o céu nunca nos limite.

da esquerda para a direita, de cima para baixo Moisés Gonçalves; José Rodrigues Martins; José Duarte; Manuel Gonçalves



BENQUERENÇA NA TERRA DE “MARINHEIROS” HÁ MUITOS ARTISTAS!

Diz o hino: “Benquerença, nossa querida! Escuta este madrigal: Importa seas na vida
A melhor Terra de Portugal”.

É conhecida por ser uma terra de marinheiros, pois muitos são os benqueridos que ainda hoje se aventuram por esses mares fora. Na freguesia está bem patente esta forte ligação, onde se podem encontrar dois monumentos inaugurados pelas maiores patentes da Marinha Nacional. Num desses monumentos pode ler-se: “*O hélice movimenta navios; a marinha impulsionou a vida dos marinheiros de Benquerença*”. São frequentes os convívios, onde juntam os “benqueridos” e os seus marinheiros.

No entanto, há os resistentes, aqueles e aquelas que incondicionalmente amam a sua terra, as suas origens e teimam em ficar por cá. A Benquerença é uma terra de artistas, e

a VIVER foi ao encontro de alguns deles. A Gina Esteves, uma bordadeira de mão cheia, com as suas bainhas abertas, os bordados de Castelo Branco, os bordados em linho; a Filomena Pereira, mais conhecida por Mena, uma artesã voltada para os arranjos florais, mas que também se dedica ao artesanato em cortiça, com pedras da ribeira e cera de abelha; o Jorge dos Santos, um artesão que se dedica às esculturas e candeeiros em madeira; e os “Padeiros do Rock”, os irmãos Saraiva, o José António e o Alberto que, além de bem saberem a arte da panificação, fazem da música o seu hobby preferido, com a Banda “*Fúrias Band*”. E, como nos segredou a mãe Maria Teresa, “*é na noite que os verdadeiros artistas se inspiram*”. Comprovamos isso mesmo, porque a prova de degustação confirma que o pão da Padaria da Benquerença é mesmo feito com Arte!

da esquerda para a direita, de cima para baixo Filomena Pereira; Jorge dos Santos; Gina Esteves; José António e Alberto Saraiva



NAVEGAR É PRECISO JOAQUIM MORÃO

NOVO TIMONEIRO DA ADRACES

A designação do Comendador Joaquim Morão como presidente da ADRACES é motivo de satisfação e de redobrado estímulo para toda a equipa.

Mentor convicto e dinâmico do processo de criação desta Associação, que sempre soube acompanhar apesar das suas múltiplas responsabilidades, tem agora a oportunidade de colocar toda a sua enorme experiência ao serviço do Desenvolvimento Rural e Local, de forma mais abrangente e sistémica, a toda a Beira Baixa, e à optimização da intervenção da ADRACES.

Quando à frente das Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e Castelo Branco, cargos que desempenhou com a competência e sucesso que todos reconhecem, demonstrou ser homem de vistas largas, empreendedor dinâmico e gestor responsável, com sensibilidades repartidas pelas obras materiais e imateriais, promovendo iniciativas culturais e urbanísticas de incontestável valor artístico e paisagístico, sempre orientado por critérios de humanizado progresso.

Pelos exemplos dados, é grande a expectativa sobre o muito que poderá ajudar a fazer, assim sejamos capazes de lhe prestar o apoio necessário nas suas novas funções de responsável pela dinamização/coordenação da nova entidade responsável pelo desenvolvimento intermunicipal da Beira Baixa.

Seja bem-vindo.



CASA D'ACHA

Localização: São Miguel D'Acha
6 Quartos / Capacidade 12 Pessoas
2 Postos de Trabalho

345 m² reconstruídos
Avaliação no Booking – 9,5 Excepcional
Casa d'Acha – Casa de Campo

Investimento Total 147.747,17 €
Subsídio PRODER 104.659,11 €



A Casa d'Acha vai beber o seu nome à freguesia que a acolhe. São Miguel D'Acha é uma freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, com 560 habitantes, e que encerra em si uma herança arqueológica forte da presença romana no território, merecendo uma visita dedicada ao seu vasto património. Em redor, há igualmente toda uma região por descobrir. A campina de Idanha-a-Nova estende-se para além de onde os olhos alcançam, e abundam os motivos para um apurado passeio. A "aldeia mais portuguesa de Portugal", Monsanto, ali tão perto. E logo ao lado a antiga Egitânia, hoje Idanha-a-Velha. E os icnofósseis de Penha Garcia, com a imperdível descida aos moinhos de rodízios. A flora. A fauna. A biodiversidade. O Parque Natural do Tejo Internacional. Que de outras razões precisa mais para vir conhecer esta idílica morada?

Esta casa de família recuperada, mantendo a traça original, é um refúgio para todos quantos procuram a tranquilidade e a paz imiscuidas no seu ambiente natural. O tom é rústico e acolhedor, propício aos serenos fins de tarde ou aos recatados serões de convívio familiar. A lareira ajuda ao calor das conversas durante o severo inverno. E a sólida pedra de granito garante o abrigo refrescante que o turista necessita após os diversos passeios sob os rigores do estio.

<http://casadacha.wix.com/home>



AGRO-TURISMO MONTE DO VALE MOSTEIRO

Localização: Rosmaninhal
7 Quartos / Capacidade 14 Pessoas

2 Postos de Trabalho
447 m² Reconstruídos

Investimento Total: 239.129,68 €
Subsídio Proder: 134.614,09 €



O Monte do Vale Mosteiro é uma propriedade que descansa serenamente na freguesia de Rosmaninhal (Idanha-a-Nova), em pleno coração do Parque Natural do Tejo Internacional. Os vastos terrenos que compõem a campina idanhense, de grande riqueza botânica, são igualmente abundantes em fauna selvagem e frequentemente procurados pelos amantes da cinegética de todo o país, que os consideram como zonas privilegiadas para a prática desta atividade desportiva. O concelho de Idanha-a-Nova detém a maior área de reserva de caça do país (50223 hectares), num total de 35 zonas de caça: 24 associativas e 11 turísticas.

A propriedade oferece uma panóplia diversificada de atividades. Difícil mesmo vai ser decidir-se por quais escolher. Na barragem privada poderá ir a banhos ou dedicar-se a uma relaxante pescaria. Passeando pelo monte, não se admire se avistar veados ou javalis. Afinal, estão no seu habitat natural e, apesar da timidez, facilmente se deixam entrever na vegetação. A piscina exterior tem uma deslumbrante vista para a Serra da Estrela. O pôr-do-sol é inesquecível. E tem mesmo de provar a gastronomia regional que o empreendimento coloca ao dispor. Desde os produtos biológicos, cultivados no local, aos enchidos e queijos de fabrico tradicional, tudo preparado com a imensa alma hospitaleira que caracteriza as gentes raianas.

www.montevalemosteiro.com



VILA PORTUGUESA

Localização: Vila Velha de Ródão
9 Quartos / Capacidade 19 Pessoas

1 Postos de Trabalho
342 m² reconstruídos

Investimento Total: 167.673,23 €
Subsídio PRODER: 83.836,62 €



A Vila Portuguesa encontra-se no coração de Vila Velha de Ródão. A sua construção em declive pode passar despercebida aos turistas menos atentos, mas decerto se tornará inesquecível a quem dela desfrutar. Para além do conforto que uma estadia naquele empreendimento oferece, há uma região à espera de ser descoberta. O Tejo. As Portas de Ródão, Património Natural da UNESCO, podem ser melhor apreciadas em passeio de barco, enquanto se conhece a fauna e flora locais. O castelo do Rei Wamba e o seu misticismo envolvente. As lendas e histórias do fantástico de todo o concelho. E já pensou em dar um saltinho à Pré-História para conhecer os primeiros movimentos de expressão artística da Humanidade? Em Vila Velha de Ródão pode.

Visite o Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, a maior concentração de gravuras rupestres pré-históricas da Península Ibérica. São cerca de 40.000 gravuras distribuídas por cerca de 40 quilómetros de Alto Tejo português, entre a barragem de Cedillo e a foz do Ocreza. Imperdível.

De regresso ao conforto do empreendimento, cada quarto guarda uma surpresa no seu interior. São agradavelmente decorados de acordo com temas que nos remetem para ambientes culturais imaginários. E a piscina é um convite irrecusável a banhos, durante a época estival. Ao fundo, uma vista de sobejado deslumbramento sobre o Tejo em líquido abraço às Portas de Ródão.



SEFARAD

Localização: Medelim
6 Quartos / Capacidade 12 Pessoas

2 Postos de Trabalho
330 m² reconstruídos

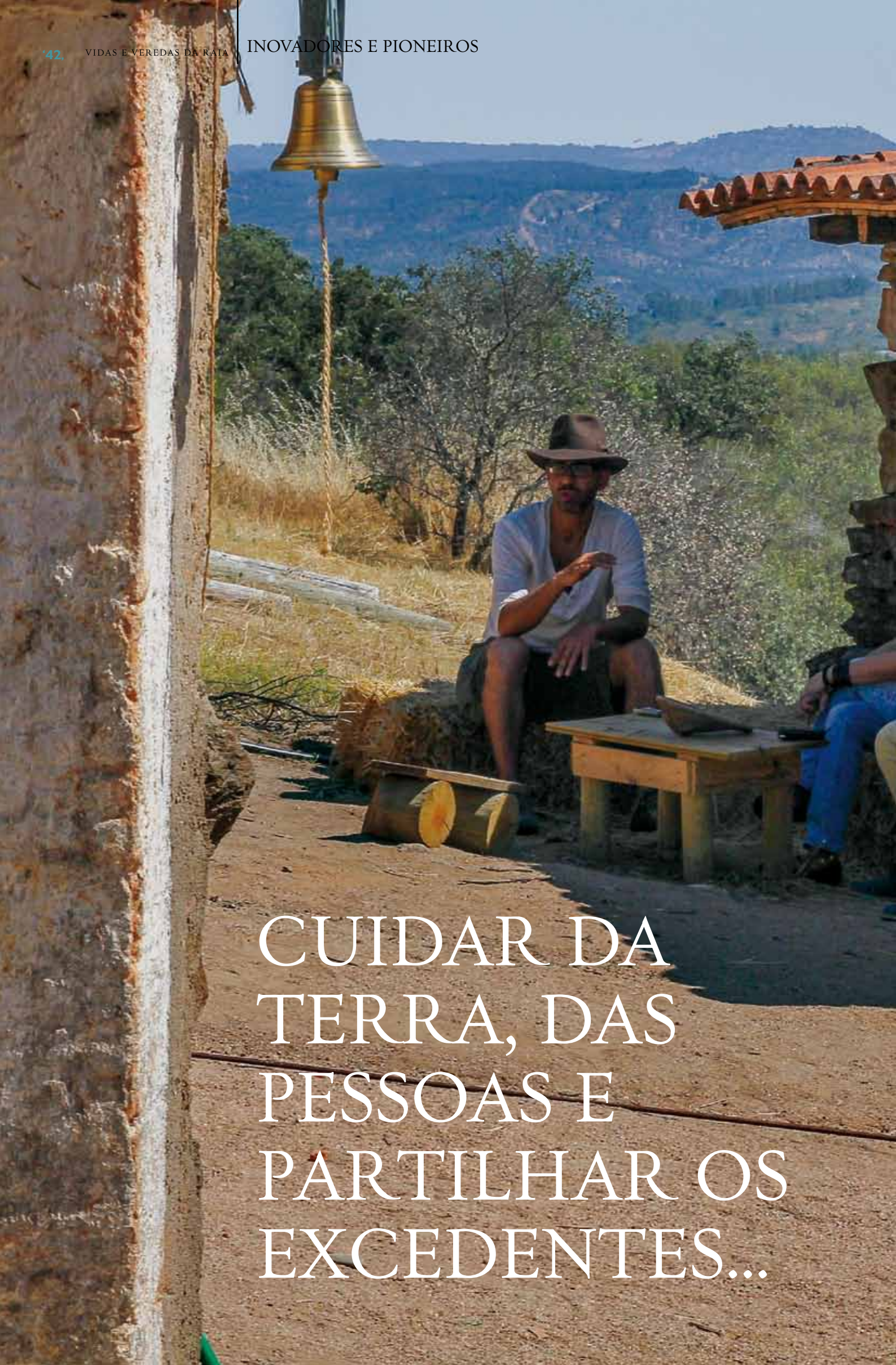
Investimento Total 191.782,32 €
Subsídio PRODER 115.069,39 €



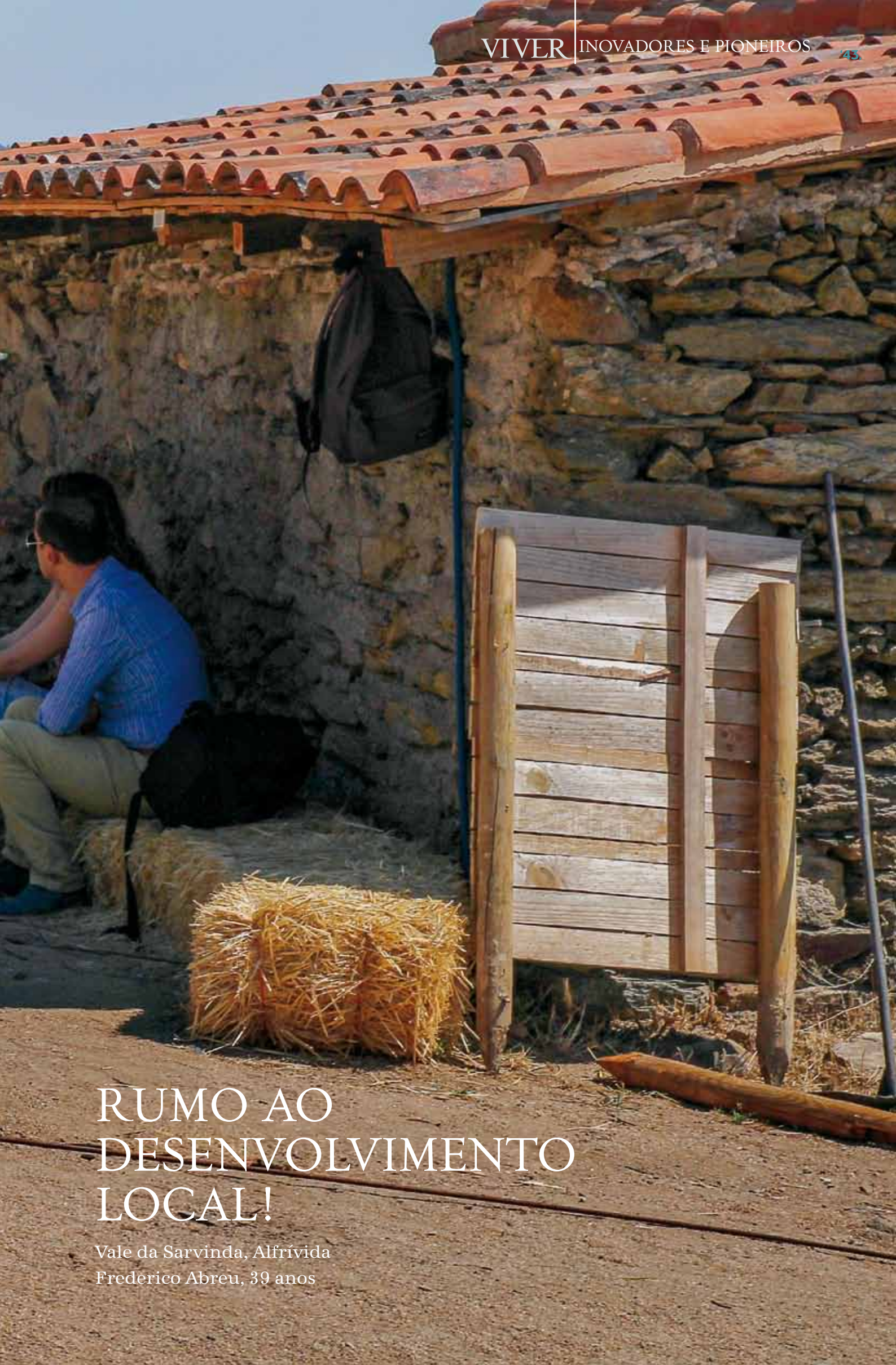
Sefarad é o nome hebraico medieval dado à comunidade judaica instalada na Península Ibérica. E poderá estar a perguntar-se o porquê de tal nome para um empreendimento de turismo rural localizado em Medelim. Medelim é uma freguesia do concelho de Idanha-a-Nova com 272 habitantes que, até ao século XVI, viveu sob forte influência judaica. Desses tempos, guarda a aldeia a Rua da Judiaria, um tesouro com mais de 500 anos de história e que a comunidade mantém bem preservado. Caminhando atentamente, ver-se-á ladeado por várias casas marcadas com cruzeiros de cristãos-novos nas ombreiras das portas. Medelim é ainda conhecida como a Aldeia dos Balcões, contabilizando mais de 200, salpicados pelas suas ruas.

A casa de campo SEFARAD inspirou-se no legado judaico existente na freguesia e numa região que, reconhecidamente, tem provas da antiguidade do judaísmo em solo peninsular. O rústico do empedrado que configurava um antigo colégio, em equilíbrio com a paisagem arquitetónica da aldeia, contrabalança com o minimalismo contemporâneo dos interiores, revelando uma decoração cuidada e de pormenor. Aqui imperam o conforto e o requinte, necessários a um turista exigente, à procura do merecido descanso, depois das incontáveis descobertas desta zona raiana, que merece uma visita sagrada aos seus recônditos segredos.





CUIDAR DA
TERRA, DAS
PESSOAS E
PARTILHAR OS
EXCEDENTES...



RUMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL!

Vale da Sarvinda, Alfrívda
Frederico Abreu, 39 anos

Explique-nos um pouco da sua história pessoal. Por que decidiu abandonar toda a sua vida para abraçar um projeto de natureza alternativa?

Este ano, faço 40 anos. Tenho a certeza que aos 20 não estava preparado. Aos 25 também não. Aos 30 idem. Aos 35, comecei a ponderar nele e, hoje, sinto-me nas minhas plenas faculdades para empreender uma tarefa de tal responsabilidade. E, só o consigo fazer, porque tenho outras pessoas comigo. A minha experiência de trabalho sempre foi na grande distribuição, durante 17 anos. Fartei-me. Não é uma área que me tenha deixado saudades, mas ensinou-me muitas coisas. Não concluí a minha licenciatura de Engenharia Florestal, no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Deu-me umas luzes do que é um solo, do que é uma paisagem, mas acho que ser autodidata deu-me liberdade para não ver as coisas de forma muito estanque. Há oito anos, perdi todo o meu dinheiro em negócios com sócios que não correram bem. Isso fez-me parar e estabelecer uma ética na minha vida, a partir da qual me regesse. Não queria voltar a trabalhar para pessoas, para conceitos, para metodologias de organizações, que eu não considero que sejam as mais justas, as mais adaptadas ao bem-estar das pessoas. Então decidi fazer a minha ética, a minha Constituição. Juntei uma série de amigos e tentámos inventar, num esforço partilhado entre capitais próprios e submissão de projetos a programas, esta nova forma de viver. Fechei uma porta da minha vida. Para trás não volto, aconteça o que acontecer. E é o que para mim faz sentido. O nosso maior ativo não são as casas, não são as máquinas. São as pessoas. E são o que as pessoas conseguem fazer. É o nosso modelo de organização, que queremos partilhar e pôr ao serviço de outras pessoas. Cheguei a este terreno por uma enorme coincidência. Através de ligações muito indiretas e, ao fim de cinco anos de procura de um terreno desde o Douro ao Algarve, já em desespero por não encontrar solução, cheguei aqui. Fizemos um arrendamento de terreno, com opção de compra. Neste momento, temos já sete senhorios, e conseguimos unir uma área contínua de terreno. São já cerca de 180 hectares.

A que aspira o Vale da Sarvinda?

O grande objetivo deste projeto, independentemente de ser um projeto agrícola, de turismo, de formação, de transformação, de criação de novos produtos alimentares, é o de fixação de pessoas ao espaço e à terra, com ligação às populações locais, à proteção, divulgação e formação ambiental, e o de levar a sustentabilidade a um patamar elevado. É um projeto integrado. Primeiro que tudo, cumprimos os cinco “A”, que qualquer pessoa precisa para a sua sobrevivência: água, alimento, abrigo, agasalho e amor. E fazemos mais do que qualquer projeto ou empresa. Somos um Estado dentro do Estado. Somos um coletivo, em que o conjunto é mais do que a soma das partes. Somos autónomos do ponto de vista da água, da eletricidade através de painéis fotovoltaicos, e garantimos energia térmica por biomassa. Inspiramo-nos nos princípios de cuidado da terra, das pessoas, e da repartição de excedentes. Temos um conjunto de políticas internas que estabelece e regula, por exemplo, a obrigatoriedade de uma diferença pequena entre os valores dos ordenados. E todos temos de trabalhar na nossa horta para pagar a pegada alimentar de cada um.



Quem são estas pessoas que aqui colaboram?

Temos duas dimensões. Temos uma estrutura societária, uma espécie de cooperativa com alguns sócios. Por outro lado, temos pessoas que são somente colaboradores e trabalhadores neste projeto, e que são remuneradas pelo seu tempo, trabalho e conhecimento. Há estas duas dimensões, sendo que algumas das pessoas que aqui estão tocam as duas. É o meu caso. Sou sócio fundador deste projeto e também sou colaborador do mesmo.

De onde retiram os proveitos para pagar aos colaboradores?

A parte financeira incluiu uma série de *inputs*, nomeadamente de projetos no PRODER, quer de jovens agricultores, quer de medidas agroturismo, etc., e o nosso capital próprio. Cada um, numa perspetiva de solidariedade e equidade, deu um bocadinho do seu capital e, com ele, conseguimos montar uma estrutura inicial, que depois entrou num sistema financeiro complexo. Temos várias empresas, com fluxos entre si e, portanto, temos um departamento financeiro com muito que fazer. Antes de che-



garmos ao terreno, o projeto já estava mais ou menos estruturado e sabíamos que a forma de o aplicar teria de ser necessariamente diferente, consoante a zona do país onde nos viéssemos a instalar. Adaptámos o modelo financeiro às situações e circunstâncias do terreno.

Explique um pouco melhor toda a filosofia do projeto.

Não gosto de o rotular com conceitos que, hoje em dia, estão muito em voga. Eu evito dizer que este é um projeto de permacultura, de biodinâmica ou de agricultura biológica. Prefiro dizer que nós temos a nossa própria forma de trabalhar, de acordo com uma filosofia muito própria. O que fizemos foi retirar um pouquinho de todas essas vertentes e aplicá-las no nosso projeto. Exemplo: regermos-nos pelo calendário lunar. Quem instaurou o calendário dos 12 meses foram os romanos. Antes disso, há mais de 2000 anos, os povos do mundo inteiro regiam-se por calendários lunares, porque era a divisão natural do ano. O ano divide-se naturalmente em 12 luas. Ou seja, há 13 ciclos da lua por ano. O ciclo sexual da mulher é, em média, de 28 dias. Porquê? É o tempo de uma lua. Porque é que as semanas têm sete dias? Se dividirmos o ciclo completo da lua, que

são os 28 dias, por quatro fases, dá sete. Vivemos segundo o calendário lunar é, para nós, a tentativa de viver de uma forma mais natural, mais de acordo com os ciclos naturais. A lua influencia as pessoas. E o sol também. Com o verão à porta, temos de seguir o horário solar antes do lunar. Ou seja, o nosso campo de ação é muito próprio e vai beber a uma série de fontes, algumas mais empíricas, outras mais científicas. Queremos fazer ligação destes movimentos todos que, curiosamente, hoje estão mais enraizados em meios urbanos, e disseminá-los no meio rural. Queremos contaminar as pessoas positivamente no mundo rural com a nossa experiência, que vale o que vale. Hoje, as pessoas, de alguma forma, respeitam e reconhecem o trabalho que temos andado a fazer. São quase 30 pessoas a trabalhar neste espaço. Em que, pelo menos, 1/3 são aqui da região. E cada um de nós sabe exatamente aquilo que tem de fazer. Temos tudo contado à pessoa, ao dia, à tarefa, ao recurso. É assim que trabalhamos. Lá por adotarmos uma postura mais descontraída, não significa que trabalhemos menos ou pior. O desafio está precisamente aí. Mostrar que fazemos um processo altamente profissional, de modo altamente descontraído.

Em que consiste o projeto que submeteram à ADRACES?

Foi enquadrado na medida 3.1.1, destinada a agroturismo. É um parque de campismo – a que se chamámos *13 luas* –, com capacidade para 400 pessoas. Vamos tentar criar uma capacidade instalada em camas, entre 50 a 100 pessoas, também com a opção de camaratas. É um parque de campismo um bocadinho diferente, na medida em que foi totalmente construído com materiais naturais e com enorme respeito pela componente natural existente. Não vamos ter uma piscina de fundo azul, vamos ter uma grande charca. E vamos desenvolver uma série de atividades, aproveitando o facto de estarmos à porta de um Parque Natural. Estamos igualmente inseridos na área do Geoparque Naturtejo, outro grande benefício. Paralelamente, queremos fazer regeneração da paisagem, recuperação de solos, recuperação da flora autóctone, aumentar a biodiversidade. Acho que vai ser um projeto para vencer.

Qual o impacto da vossa fixação para as comunidades rurais da região?

Em Alfrívda, temos uma lojinha de fornecimento de materiais. Todos os materiais que conseguimos ter dali, não os vamos buscar a outro lado. Assim como todos os que pudermos comprar em Castelo Branco, compramos em Castelo Branco. A nossa perspetiva é, sempre que possível, local. E local, para mim, é dar emprego às pessoas, é manter o nível de empregabilidade alto. Eu prefiro não ter tantas máquinas e dar sempre primazia ao trabalho humano. E, isso, só por si, tem um efeito multiplicador muito interessante. Quando falo em fixar as pessoas, não falo apenas em fixar pessoas no nosso espaço. Vejo sempre o projeto Vale da Sarvinda neste espaço, e noutros. Fixar as pessoas tem tanto de fixá-las aqui como dar emprego a uma pessoa em Alfrívda, ou em Monte Fidalgo, ou em qualquer outro sítio onde não existam muitas oportunidades de trabalho. Isso é desenvolvimento local. Por outra parte, passa pela troca de experiência e conhecimentos com as pessoas de cá. Nós aprendemos imenso com estas pessoas. E também queremos, da nossa humildade parte, contribuir com o



www.valedasarvinda.pt

que possamos fazer. Outro objetivo será o de estabelecer aqui uma oferta cultural permanente. É isto que ajuda a fixar-nos num sítio, a melhorar esse sítio, com aquilo que podemos trazer e com aquilo que esse sítio nos pode dar. Depois, claro, que também é nosso objetivo exportar a região. E contribuir para que ela se una. Não é tarefa fácil, quando se entra nas dinâmicas dos interesses particulares, mas vamos tentar sempre.

Próximos passos?

Antes de mais nada, até ao fim do ano, concluir projetos que estamos obrigados a cumprir. Em 2015, o grande passo vai ser o de operacionalizar toda a estrutura e rentabilizá-la. Há um grande trabalho em termos de venda do parque de campismo, promoção e escoamento dos diferentes produtos agrícolas, identificação e criação de estruturas ao nível das pequenas transformações de produtos, como a extração de óleos essenciais e produtos de cosmética natural. Temos também uma empresa de construção que quer en-

trar no mercado das empresas de construção natural. Num prazo de cinco anos, prevejo criar uma rede regional para fazer o escoamento de produtos, os nossos e os de outros empresários da região. E, no prazo de 10 anos, quero ter uma instituição financeira envolvida neste projeto, para que as pessoas possam ter acesso a um crédito com acompanhamento em termos de consultoria, com uma perspectiva ética de saber para que é que se empresta o dinheiro. Isso pode ser a cereja no topo do bolo, a de criar uma instituição financeira à volta deste projeto, exatamente para ajudar outras pessoas. A nível social, diria que este projeto estaria completamente executado ou realizado, do ponto de vista da sua génese, quando conseguisse ter rentabilidade financeira. E que essa rentabilidade financeira fosse para distribuir pelas pessoas em nosso redor. 10% imediatamente destinados a projetos sociais. Irmos ter com as aldeias e dizermos “o que é que vocês precisam, que nós damos”, distribuir dinheiro pelas pessoas que trabalham aqui (50%) e distribuir dinheiro pelos sócios (40%). ■



UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS 2014

Entre 22 e 25 de maio de 2014, os cidadãos europeus elegeram os seus representantes para o Parlamento Europeu. Em Portugal, as eleições europeias decorreram no dia 25 de maio, e os cidadãos nacionais puderam eleger os 21 representantes que os irão representar nos próximos 5 anos.

O Parlamento Europeu é o único órgão da União Europeia que é eleito diretamente pelos cidadãos europeus e que, ao longo dos anos, tem vindo a conquistar novos poderes. Atualmente, para além de órgão consultivo, é também colegislador, simultaneamente com o Conselho da União Europeia. Portanto, o Parlamento Europeu detém um papel ativo no que se refere às leis da UE que afetam diretamente os cidadãos europeus.

Sob o mote “Esta vez é diferente”, o Parlamento Europeu desenvolveu uma campanha com o objetivo de estimular uma maior participação dos cidadãos europeus que, pela primeira vez, irão influenciar a eleição do próximo Presidente da Comissão Europeia através do seu voto. Segundo o Tratado de Lisboa, os Estados-Membros da UE, aquando da nomeação do novo Presidente da Comissão Europeia, terão de ter em consideração os resultados obtidos nas eleições europeias.

Contudo, a participação dos cidadãos europeus nas eleições europeias de 2014 ficou aquém das expectativas, sendo que apenas 43.09% (ver quadro 2) dos votantes exerceram o seu direito ao voto. O declínio participativo tem vindo a acentuar-se a cada momento que os cidadãos foram chamados às urnas. Em termos europeus, o ano de 2014, à exceção de 2009, foi o ano em que se registou a menor taxa de participação.

Nos países como a Bélgica e Luxemburgo, onde o voto é obrigatório, a taxa de participação é de 90%. No entanto, esta imposição não surte o mesmo efeito na Grécia (58.20%) e no Chipre (43.97%), onde o voto também é obrigatório e as taxas de participação são ligeiramente superiores à taxa europeia.

Quanto à realidade nacional, o ano de 2014 foi o que teve menor participação dos portugueses para eleição dos seus representantes. Apenas 33.67% dos portugueses exerceram o seu direito ao voto, sendo que 66.33% renunciaram a esse direito (ver quadro 1).

Na Beira Interior Sul, os votantes superaram a média nacional, visto que 37.35% dos votantes se dirigiram às urnas a 25 de maio de 2014.

No global, os portugueses elegeram 21 deputados que integram, em função das suas afinidades políticas, cinco dos sete grupos políticos existentes no Parlamento cessante (ver quadro 3).

Dos resultados das eleições europeias de 2014 podem retirar-se algumas ilações que deveriam suscitar preocupação e debate nas instituições europeias e nacionais.

O elevado número de abstenções poderá refletir, por um lado, o distanciamento entre as instituições europeias e os cidadãos e, por outro lado, a descrédibilização no projeto europeu.

Os grupos políticos pró-europeus após as últimas eleições continuam majoritários, contudo, perderam poder em relação às eleições europeias de 2009. Por exemplo, o Partido Popular Europeu mantém, após as europeias de 2014, a liderança, mas também é evidente o número significativo de assentos que perde, num total de 53 assentos. Este fenómeno também se repete com a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas que elegeu, em 2014, 191 Eurodeputados, em detrimento dos 196 eleitos em 2009.

Por sua vez, assistiu-se a um crescimento das forças políticas que desafiam a edificação europeia e colocam em causa a génese da união dos países europeus. Os partidos populistas, extremistas eurocéticos, quer de direita quer de esquerda, conquistam mais assentos no Parlamento Europeu, reforçando o crescente descontentamento dos cidadãos para com o projeto europeu. Face a este cenário, prevê-se a constituição de uma nova família política formada pelos partidos eurocéticos que coloca em causa a continuidade da UE. Esta realidade dependerá da capacidade de organização dos partidos políticos para constituir um grupo que terá de respeitar critérios de formação, nomeadamente o facto de ser constituído, pelo menos, por 25 eurodeputados oriundos de sete Estados-Membros.

O cenário traçado pelos resultados das eleições europeias de 2014 é, em parte, uma forma de protesto diversificado dos cidadãos contra as políticas europeias e/ou nacionais, consoante as realidades e especificidades de cada Estado-Membro.

Perspetivam-se grandes desafios para as forças pró-europeias que assentam sobretudo na recuperação da confiança e na participação dos cidadãos que, frequentemente, não se revêm nos protagonistas e nas políticas da atual democracia.

Quadro 1 - Eleições Europeias 2014: Resultados em Portugal

Concelho	Eleitores inscritos	Votantes		Votos em Branco		Votos Nulos	
		Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Castelo Branco	50 964	17 804	34.93%	745	4.18%	691	3.88%
Idanha-a-Nova	9 443	3 554	37.64%	111	3.12%	119	3.35%
Penamacor	5 467	1 865	34.11%	49	2.63%	67	3.59%
Vila Velha de Ródão	3 055	1 305	42.72%	29	2.22%	37	2.84%
Beira Interior Sul	68 929	24 528	37.35%	934	3.03%	914	3.42%
Portugal	9 753 568	3 284 452	33.67%	143 957	4.38%	99 724	3.04%










Fontes Mapa oficial aprovado com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos em 25 de maio de 2014, na reunião de 12 de junho, pela Comissão Nacional de Eleições e que aguarda publicação no Diário de República. (Dados relativos a Portugal); Direção Geral da Administração Interna

Quadro 2 - Eleições Europeias 1979-2014: Afluência às urnas por país (%)

Afluência às urnas por país (%)														
País	1979	1981	1984	1987	1989	1994	1995	1996	1999	2004	2007	2009	2013	2014
União Europeia	61.99	-	58.98	-	58.41	56.67	-	-	49.51	45.47	-	43	-	43.09
Bélgica	91.36		92.09		90.73	90.66			91.05	90.81		90.39		90.00
Dinamarca	47.82		52.38		46.17	52.92			50.46	47.89		59.54		56.40
Alemanha	65.73		56.76		62.28	60.02			45.19	43		43.27		47.90
Irlanda	63.61		47.56		68.28	43.98			50.21	58.58		58.64		51.60
França	60.71		56.72		48.8	52.71			46.76	42.76		40.63		43.50
Itália	85.65		82.47		81.07	73.6			69.76	71.72		65.05		60.00
Luxemburgo	88.91		88.79		87.39	88.55			87.27	91.35		90.76		90.00
Países Baixos	58.12		50.88		47.48	35.69			30.02	39.26		36.75		37.00
Reino Unido	32.35		32.57		36.37	36.43			24	38.52		34.7		36.00
Grécia		81.48	80.59		80.03	73.18			70.25	63.22		52.61		58.20
Espanha				68.52	54.71	59.14			63.05	45.14		44.87		45.90
Portugal				72.42	51.1	35.54			39.93	38.6		36.77		34.50
Suécia							41.63		38.84	37.85		45.53		48.80
Áustria								67.73	49.4	42.43		45.97		45.70
Finlândia								57.6	30.14	39.43		38.6		40.90
República Checa										28.3		28.22		19.50
Estónia										26.83		43.9		36.44
Chipre										72.5		59.4		43.97
Lituânia										48.38		20.98		44.91
Letónia										41.34		53.7		30.04
Hungria										38.5		36.31		28.92
Malta										82.39		78.79		74.81
Polónia										20.87		24.53		22.70
Eslovénia										28.35		28.37		20.96
Eslováquia										16.97		19.64		13.00
Bulgária											29.22	38.99		35.50
Roménia											29.47	27.67		32.16
Croácia													20.84	25.06

Fonte TNS/Scytl em colaboração com o Parlamento Europeu

Quadro 3 - Eleições Europeias 2009-2014: Resultados por grupos políticos

Grupos Políticos		Eurodeputados eleitos 2009	Eurodeputados eleitos 2014	Eurodeputados eleitos 2014	Portugal Eurodeputados eleitos 2014
		Nr.	Nr.	%	Nr.
	PPE – Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)	274	221	29.43 %	7
	S&D – Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu	196	191	25.43 %	8
	CRE – Conservadores e Reformistas Europeus	57	68	9.05 %	0
	ALDE – Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa	83	67	8.92 %	2
	GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica	35	52	6.92 %	4
	Verdes/ALE – Os Verdes/Aliança Livre Europeia	57	50	6.66 %	0
	EFD – Europa da Liberdade e da Democracia	31	48	6.39 %	0
	NI –Não-Inscritos – deputados não filiados em qualquer grupo político	33	43	5.73 %	0
	Outros – Deputados recém-eleitos não filiados em qualquer dos grupos políticos do Parlamento cessante	---	11	1.46 %	0

Fonte TNS/Scytl em colaboração com o Parlamento Europeu

ATIRANDO PEDRINHAS NA POÇA





NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

DO EDITOR 03

“Se estiver em águas profundas e não nadar, mesmo que o saiba fazer, afoga-se, suicida-se. Se souber ler e não der uso a esse saber, acontece-lhe o mesmo, afunda-se na ignorância, isola-se socialmente, afunda-se”.

GRANDE TEMA 04

“Naturalmente, a Igreja, no seu conjunto, e a grande maioria dos professores reagiram negativamente a uma invenção tão subversiva. Como era possível que a produção e difusão de obras escritas saíssem do ambiente protegido e bem controlado dos copistas monacais para se espalharem por uma qualquer oficina e caírem assim nas mãos de possíveis revolucionários, heréticos e inimigos da religião e do rei? Por seu lado, os professores receavam perder a sua relevância, uma vez que os alunos passariam a obter nos livros todos os conhecimentos necessários”.

“Em países como Portugal, com uma “incoesão” social, económica e cultural profundamente estruturada e enraizada, foi possível até quase aos nossos dias restringir a possibilidade e a capacidade de a grande maioria das mulheres e homens acederem ao “mundo das letras”.

“Antes do mais, a escrita é a forma que a oralidade da palavra encontrou de se fazer mais memória. Ao encontrar um suporte que não estava no corpo, a palavra amplificou a sua imagem, que deixou de ser simplesmente sonora e passou a ser também visual e gestual. Mas uma e outra coisa continuaram indissociáveis”.

“A verdade, porém, é que nunca a Escola Pública (e até as suas variantes privadas) integraram nos seus currículos os outros saberes, transmitidos e refinados através dos séculos por analfabetos que demonstraram que a sua incapacidade de ler e escrever os não impedia de se assumirem com absoluta consciência reflexiva, de que é exemplo ilustrativo a poesia popular, em que nos deparamos com verdadeiras e profundas teses e sínteses filosóficas produzidas por analfabetos”.